

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
MARIA CLARA PEREIRA SOARES**

**FUNÇÃO SOCIAL DAS TERRAS DE MARINHA: UM ESTUDO NA BAIXADA  
SANTISTA**

**SANTOS – 2014**

Soares, Maria Clara Pereira, 1993-

S676f

Função social das Terras de Marinha no Brasil: um estudo na Baixada Santista. / Maria Clara Pereira Soares; Orientadora: Profa. Dra. Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz. – Santos, 2014.

76f. ; 30 cm.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal de São Paulo - campus Baixada Santista, Curso de Serviço Social, 2014

1. Propriedade privada. 2. Terrenos de Marinha. 3. Direitos. I. Diniz, Tânia Maria Ramos de Godoi. II. Função social das Terras de Marinha no Brasil: um estudo na Baixada Santista.

CDD 361.3

**MARIA CLARA PEREIRA SOARES**

**FUNÇÃO SOCIAL DAS TERRAS DE MARINHA: UM ESTUDO NA BAIXADA  
SANTISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado como requisito parcial para obtenção do título de Assistente Social, orientado pela Professora Doutora Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz, no curso de Serviço Social.

**SANTOS – 2014**

**MARIA CLARA PEREIRA SOARES**

**FUNÇÃO SOCIAL DAS TERRAS DE MARINHA: UM ESTUDO NA BAIXADA  
SANTISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado como requisito parcial para obtenção do título de Assistente Social, orientado pela Professora Doutora Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz, no curso de Serviço Social.

Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Examinadoras:

\_\_\_\_\_  
Professora Doutora Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz

\_\_\_\_\_  
Professora Doutora Maria Rosângela Batistoni

*A resistência me coloca no mundo para lutar pela igualdade. Agradeço a Nando Poeta e Rosi Pereira pela trajetória que me trouxe a essa visão de um mundo socialista.*

## AGRADECIMENTOS

Quando vi no manual de TCC como faria os agradecimentos, me deparei com parênteses e a palavra “OPCIONAL” dentro. Como ser opcional se não posso deixar de fazer meus agradecimentos a pessoas que foram NECESSÁRIAS para o fim desse percurso? Primeiramente trago em mim a resistência dos oprimidos e a garra dos explorados. Por isso quero agradecer aos meus pais, Rosi Pereira e Nando Poeta que trabalharam e “ralaram” incessantemente para me manter em uma universidade e me trouxeram para o mundo da luta. Infelizmente nem toda jovem tem oportunidades como essas. Quero agradecer por toda força e ajuda que me deram quando sem vocês vim para Santos morar sozinha, depois de sair da minha terra Natal, onde tudo conhecia. E me deparei com uma cidade estranha e desconhecida. Lembro até hoje o dia em que minha mãe veio fazer inscrição na UNIFESP comigo e voltou sozinha sem mim e logo em seguida me mandou um email emocionada já sentindo muita saudade e falando *“Se cuide, tome café, almoce e jante pelo menos para não ficar doente e emagrecer.”* Aquelas preocupações que não podem faltar (risos). Foi um processo doloroso, pois apesar dessa ideologia sobre a família que temos hoje, não acredito que a família é tudo na vida e sim por que são meus companheiros de luta e de vida, e estão do mesmo lado da trincheira lutando por um mundo socialista junto comigo. Obrigada Vinicius e Fernanda por sempre me apoiarem nas minhas decisões e cuidarem de mim, já que sou a caçula (risos). Não posso deixar de agradecer minha tia, Mauricleia por toda força e incentivo depositado nesse trabalho e durante toda graduação, obrigada tia.

Obrigada aos meus companheiros de partido pelo carinho de uma segunda família, me acolhem, me cuidam, me ajudam e me ensinam todos os dias que convivo com vocês! Vocês são um exemplo de que é necessário se organizar e lutar contra o capitalismo. Obrigada pela força e garra que vocês me passam. Gabriel, Raphael, Leandro, Raira, Fabio, Fabiola, Carol, Góes, Fernando, Karina, Gu, Guilherme, Calório, Cauê, Xavier, Samuel, Clara, Heloisa, Marco, Maicon, Annie e Bruna.

Quero agradecer também aos meus companheiros de militância no movimento estudantil que me ensinaram a lutar contra alienação e conformismo que tem na UNIFESP e impulsionaram a luta comigo por uma universidade pública, gratuita e de qualidade com acesso irrestrito a classe trabalhadora. Tami Rizzo que me apresentou a Unifesp, Rodrigo Moica pela disposição e discussões polemicas que tínhamos, Carlos, Daniel e Rui pela paciência, Mauricio e Sati pelo companheirismo, Matheus Lindbergue e Levy, pelas risadas, Lana, Pamela e Kamila pela amizade e comprometimento, Tami Nascimento e Brenda pelos conhecimentos da Negritude, Karina e Gu pelas mesmas trincheiras que percorremos, Aline, Vitoria e Hellen, pela experiência de COE, Bruno Fagundes pela amizade nova que estou adorando, Lucas Faria pela adesão e entusiasmo no movimento. A todos os (as) outros(as) militantes e amigas (os) que fizeram parte dessa construção: Miss, Thalita, Nayara, Lila, Tavinho, Yasmin, Camila Vecchi, Vini Duarte, Thais Adorno, Raissa, Mari Souza, Bruh Tortinha, D.A., Bira, Tiago, Thiago M., Thiago P., Claudia Roga, Ricardo Vos, Marquinhos, Wagnão, Claudinha, João, Elson, Jualiana Picolo, Bruno M., Bruce, Hernanes. Sentirei muita falta desse dinamismo.

Quero agradecer duas grandes amigas que fortaleci nesse fim de graduação: Iara Lovizio e Mariluz Mazzoni, levarei vocês comigo!

Agradeço as professoras que tive aula e dentro da sala de aula fazíamos discussões e, por fora de alguma forma participaram na construção dos meus conhecimentos.

Andrea Torres uma grande amiga e Tânia Diniz eterna e critica orientadora. Renata Gonçalves a professora mais militante nessa universidade, obrigada por estar lado a lado nas lutas.

Espero ser uma trabalhadora e mobilizar toda essa classe explorada para lutar contra essas mazelas que só nos oprimem!

*Para nós não se trata de reformar a propriedade privada, mas de aboli-la; não se trata de atenuar os antagonismos de classe, mas de abolir as classes; não se trata de melhorar a sociedade existente, mas estabelecer uma nova”.(MARX e ENGELS, 1850).*



## RESUMO

Esse trabalho tem como temática o direito à terra e à moradia digna para a classe trabalhadora, mais especificamente na discussão da função social das terras de marinha que estão localizadas nas orlas da região da Baixada Santista, trazendo para o debate outra lógica de distribuição, a partir da compreensão de como a terra é usada no país. Através de estudos, pesquisas e entrevistas tentamos apontar a desigualdade existente entre as classes sociais que habitam na região, mostrando que uma pequena população detém em forma de propriedade privada e especulativa, terras que deveriam servir para todos. Busca entender também porque os direitos que, historicamente foram conquistados, estão sendo submetidos à lógica da propriedade privada da terra e da especulação imobiliária, tendo como interlocutor movimentos de moradia que estão passando por essa resistência.

**Palavras-chave:** propriedade privada; terrenos de marinha; direitos.

## SUMÁRIO

	Pág.
<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1- A propriedade Privada da Terra.....</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo 2 - O Uso da Terra e as expressões da Questão Social.....</b>	<b>22</b>
2.1. O processo de urbanização e industrialização no Brasil.....	29
<b>Capítulo 3 – Sitio Conceiçãozinha: uma experiência singular .....</b>	<b>47</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>56</b>
<b>Referencial Bibliografico.....</b>	<b>57</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>59</b>

## INTRODUÇÃO

Devido minha inserção no movimento estudantil e, conseqüentemente, nos movimentos populares, me surgiu um interesse de discutir o direito a moradia no Brasil, por entender que grande parte da desigualdade social no país vem da concentração de riqueza nas mãos de poucos e a classe trabalhadora sem acesso à direitos e vivendo na pobreza. Por minha iniciação científica: Onde está a terra? Indagações sobre a função social e o direito à moradia em Santos, no ano de 2014, despertou-me o interesse de desenvolver esse tema mais voltado aos terrenos de marinha, devido a ser um dos pedaços de terras mais valorizados e especulados. Depois de debater e participar em vários fóruns e congressos e ter contato com os movimentos sociais e suas reivindicações, que revelam a fragilidade do acesso da classe trabalhadora aos direitos, e em especial o direito a terra urbanizada e à moradia digna, resolvi aprofundar o tema.

No Brasil, segundo informações do DIEESE (2007), tem-se a mais elevada e bárbara concentração de renda e riqueza: apenas 1,87 milhões de pessoas (1 %) detém 13% da renda do trabalho; por outro lado, 18,7 milhões de trabalhadores e trabalhadoras (10% mais pobres) ficam com apenas 1,1% da renda do trabalho; os 10% mais ricos concentram 44,7% da renda do trabalho.

No primeiro capítulo, desenvolvo sobre o surgimento da propriedade privada, pontuando alguns aspectos de sua constituição em tempos primitivos, chegando até os dias atuais no Brasil. Identifico que existe um monopólio da propriedade privada, explorando os conceitos de renda da terra e valor de uso e de troca da terra, entendendo a terra como um bem limitado, de caráter especulativo, cujo preço vai aumentando na medida em que sua demanda aumenta também, determinando quem pode ter acesso a ela. Desenvolvendo o objeto desse trabalho, do uso e acesso dos terrenos de marinha, o segundo capítulo tenta buscar conhecer alguns conceitos que norteiam a definição das orlas marítimas, a sua distribuição sócio espacial, as competências da União e o lugar da classe trabalhadora como ocupante dessas terras. E para finalizar, no capítulo terceiro, trago uma experiência vivida por moradores de Vicente de

Carvalho, no Guarujá, que receberam a titularidade da terra; como foi a luta pela conquista da terra e como tem sido o processo de resistência. São pontuados aspectos que mostram a influência do Porto diretamente na auto sobrevivência da comunidade e as supostas invasões que podem acontecer por empresas privadas e pelo próprio Estado na expulsão desses caiçaras, tendo em vista maiores investimentos do capital. Esse trabalho vem como contribuição para as (os) assistentes sociais no seu exercício profissional. Entendendo a atuação da profissão no esclarecimento e acesso a direitos sociais para a população, é necessário em sua prática profissional a criação de novas intervenções para enfrentamento dessa questão, visto que os projetos do Estado são limitados se eximindo da sua responsabilidade.

## **CAPITULO 1 – A PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA**

Nesse capítulo, iremos problematizar o começo das relações sociais, desde os tempos primitivos, apontando o surgimento da propriedade privada, advindo da posse da terra e da herança e debruçando-nos no seu conceito para entender como a propriedade da terra é tratada nos dias de hoje. É necessário compreender, retomando a história, as contradições presentes nesse processo.

São grandes as transformações sociais que marcam a evolução da forma de constituição dos grupos familiares e o acesso à terra. A princípio, as mulheres eram consideradas livres e mandavam na casa. Elas trabalhavam bem mais que os homens. As sociedades existentes foram se transformando, chegando até a monogamia e a passagem para o patriarcado – existia então uma única célula da família, homem e mulher – por influência de ordem social que se deu pelo desenvolvimento da propriedade privada e da família. Segundo Engels (1985, p. 45),

Aqui, a domesticação de animais e a criação do gado haviam aberto mananciais de riqueza até então desconhecidos, criando relações sociais inteiramente novas. Até a fase inferior da barbárie, a riqueza duradoura limitava-se pouco mais ou menos à habitação, às vestes, aos adornos primitivos e aos utensílios necessários para a obtenção e preparação dos alimentos: o barco, as armas, os objetos caseiros mais simples.

Nessas novas relações sociais, constituídas para produzir riquezas, eram necessárias apenas a vigilância e cuidados primitivos para produzir-se em grande escala, sendo assim os outros meios antes utilizados, por exemplo, a caça, transformaram-se apenas em passatempo. Os rebanhos foram desenvolvidos em propriedade privada, particular dos chefes de família. Depois da criação do gado, outros produtos produzidos no período anterior ganharam outra fisionomia. Principalmente, depois que os rebanhos passaram definitivamente à propriedade da família.

O desenvolvimento da produção tornou o homem capaz de produzir mais que sua necessidade. Com a divisão da produção em dois ramos – agricultura e artesanato – tem lugar a produção mercantil e, com isso, o

surgimento do comércio. Exemplo disso foram os descobrimentos industriais que com o passar do tempo teve uma grande importância na produção e no comércio.

Entre os descobrimentos industriais dessa fase, há dois especialmente importantes: o primeiro é o tear, o segundo é a fundição de minerais e o trabalho com metais fundidos. O cobre, o estanho e o bronze – esta combinação dos dois primeiros – eram os mais importantes; com o bronze eram fabricados instrumentos e armas, que, entretanto, não podiam substituir os de pedra. Isso só seria possível com o ferro, mas ainda não se sabia de que modo consegui-lo. O ouro e a prata começaram a ser empregados em jóias e enfeites, e provavelmente logo alcançaram valor bem mais elevado que o cobre e o bronze (ENGELS, 1985, p. 128).

Junto com a riqueza do dinheiro, apareceu a riqueza em terras. A posse primitiva concebida pelas tribos aos indivíduos se fortaleceu até a terra poder ser hereditária. Nesse período médio da barbárie, o qual "se aprende a incrementar a produção da natureza através do trabalho humano" (Engels, 2012, p. 43), a terra era considerada livre, pertencente aos indivíduos de uma determinada tribo, e tudo que era cultivado eram produtos coletivos, sem restrições, mas isso deixa de existir quando surge o proprietário, a terra agora tornara mercadoria, podia ser vendida ou penhorada.

Logo que se introduziu a propriedade privada da terra, criou-se a hipoteca (ENGELS, 1985, p. 133).

Com a expansão do comércio, ocorrem cada vez mais concentração e centralização das terras em mãos de uma classe pequena, ocasionando o empobrecimento das massas e aumento de número de pobres, escancarando assim o antagonismo entre as classes existentes.

Nesses tempos primitivos, observamos um grande desenvolvimento desde as relações sociais às formas de produção da humanidade. Vemos que, a princípio, a terra era um bem comum, não havia ainda o interesse de transformá-la em propriedade privada. Mas, com direito a herança, as terras passavam de pai para filho, tornando assim um produto mercantil. Chegaremos

ao Brasil, há um pouco mais de 500 anos para entender a posse da terra como mercadoria.

Os portugueses e franceses vieram em busca de mão de obra em troca de bugigangas. Os índios são dominados e lhes eram impostas práticas de agricultura e tecelagem. Os brancos queriam manter os índios colonizados, sem muitos costumes civilizados, deixando-os na ignorância do conhecimento já acumulado pelos homens, sem lhes ensinarem nada, para que não aprendessem a fundir metais. A escravidão penetrou na história, por meio da violência, acabando com as relações pacíficas.

Para os colonizadores, foi um caminho para roubar todas as riquezas que antes eram coletivas e que foram privatizadas nas mãos de alguns. Os franceses expandiram seu mercado, utilizando mão de obra de índios e extraíndo riquezas dessas terras, que foram levadas para a Europa. Apropriaram-se das terras e bens, além de dominarem os índios para seus interesses de domínio.

A partir da transformação da terra conquistada pelos europeus, precisou-se de novas formas de propriedade, exigindo novas instituições para ditar a ordem.

Em 1537, surge uma lei de Paulo III, que recomendava que os índios não fossem privados de sua liberdade nem do domínio de seus bens. Em 1549, documentos comprovam a utilização de índios cativos como mão de obra, e um grande período de exploração e ocupação das terras. Os índios livres foram expulsos de suas terras e afastados da região, e só permaneceram os que caíram nos cativeiros. O mercado de trabalho aumentou e muitas mortes de indígenas aconteceram, pois na medida em que se estendia o domínio sobre as terras pelos colonizadores, mais indígenas eram perseguidos. Foram 500.000 mortos em carnificinas. Os índios se rebelavam muito, roubando materiais dos colonizadores.

Diante disso, e da necessidade de mobilização de um tipo de mão de obra mais adaptável ao modo de produção implementado, criou-se uma nova política, a de substituir o índio pelo negro. Assim, em busca de mão de obra

para a colônia em desenvolvimento, começa a caça por negros oriundos da Guiné, na África.

O Alvará de 1º de Abril de 1680 deu direito ao índio à propriedade privada. Ainda não havia sido instituída a propriedade privada dos colonizadores. Os índios foram os primeiros, no papel, a terem terras. Por muito tempo continuou assim, índios extraíndo riquezas de suas terras para sobrevivência. Os colonizadores continuaram, mesmo assim, com as extrações de riquezas, escravidão, perseguição, invasão e matança dos indígenas. Um século depois o alvará foi modificado, determinando que, onde houvesse índios, teria execução imediata. Continuando assim, a apropriação e exploração violenta contra nativos.

Nesse período, o campo foi palco de diversas formas de violência que estiveram, de um modo ou de outro, vinculadas às questões da terra. A violência exerceu-se fundamentalmente contra a população pobre do campo, os pequenos posseiros, agregados, ex-escravos e índios. Destino particularmente trágico tiveram as populações indígenas das regiões próximas dos pólos de desenvolvimento. A constituição de 1891 não garantiu aos índios a posse de seus territórios e a cobiça por suas terras motivou o extermínio de tribos inteiras. (SILVA, 2008, p. 358)

Agora não mais em nome da civilização, e sim do poder e do domínio. Continua a propriedade privada impondo e destruindo a ordem jurídica instituída pela sociedade; a violência sobre a população nativa, cujo direito a terra nunca foi respeitado, nem exercido.

No Brasil, a terra e a propriedade, desde o início, foram utilizadas de forma monopolista – exploração da riqueza em benefício de poucos. Até hoje, no Brasil, as terras são distribuídas e usadas de acordo com os interesses das classes dominantes. Isso começou pela exploração dessa riqueza da colônia pela coroa. Portanto, as primeiras terras públicas foram assim designadas a partir da propriedade do Rei sobre o território brasileiro. Para que esse território fosse ocupado, foi instituído o regime das sesmarias, que seria a utilização dessas terras de forma produtiva. Com a lei de 1850, foi mudado esse regime de sesmarias.

Com a emancipação da Colônia, a manutenção da base produtiva se deu pelo trabalho escravo e o excesso de terras. Nessa época, a terra era



adquirida por apropriação, e os escravos eram excluídos desse processo, tornando assim, apenas os senhores, aptos a serem proprietários. A lei de terras, de 1850, teve dois objetivos principais: representar um importante papel no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre com o fim do tráfico e dar ao Estado Imperial, o controle das terras devolutas que, desde o fim do regime de sesmarias, vem se tornando patrimônio privado. Para a utilização dessas terras era necessária a demarcação. A lei de 1850 tinha como proposta de implementação, a demarcação e venda das terras devolutas e o financiamento dos imigrantes, porque com fim do tráfico, ocorre a redução da mão de obra. Para isso tudo acontecesse, era necessário o fim da posse. Os posseiros se recusaram a demarcar e a legalizar os títulos, impedindo a implementação da lei. As terras devolutas passaram aos estados.

(...) o que cabe ressaltar nesse processo amplo de transformações é o fato de que a classe dos proprietários de terras se vai constituindo ao mesmo tempo que – em relação com – o processo de consolidação do Estado nacional. A lei de 1850 desempenhou o importante papel de delimitar o espaço relacionamento entre o poder público e os proprietários de terras. (SILVA. p. 360, 2008.)

A falta de política e de condições objetivas e sociais existentes no campo determinou que o Estado excluísse da propriedade da terra, uma grande parcela da população e garantisse à outra parcela, mão de obra barata e em grande quantidade.

O excesso de ocupação privada das terras devolutas colocou em “xeque” a lei de terras. As terras, cujos proprietários teriam legalmente como propriedade, continuavam sendo suas. Já as terras que não tinham comprovação, foram consideradas devolutas e devolvidas ao patrimônio público. A partir daí, instala-se o regime de compra e venda para obter o título da terra.

Desde sempre a propriedade da terra no Brasil é excludente. Antes, através das sesmarias e capitanias hereditárias, excluía-se as comunidades indígenas e quilombolas do direito à terra, com perseguições e mortes; hoje, a exclusão ocorre a partir da compra e venda, que define o acesso à propriedade

da terra. No Brasil, na cidade ou no campo, a terra é sinônimo de muita riqueza, domínio e controle.

A propriedade da terra continua sendo um problema crucial, quem não a tem é excluído da sociedade, mesmo o Estado tendo o papel fundamental de garantia do direito e acesso a ela.

Por isso, a importância de se entender, a partir da dinâmica histórica, as determinações econômicas e políticas que interferem nas formas de uso para as terras da União, e nas condições para garantir o seu acesso de forma igualitária.

Historicamente, as terras da União servem para apoiar o funcionamento da administração federal. A partir da Constituição Federal de 1988, a função social da terra, que já fazia parte de Constituições anteriores, teria que estar associada à responsabilidade do Estado com a sociedade, para reduzir as desigualdades sociais e territoriais, colocando a possibilidade do seu acesso no cumprimento da função social.

Historicamente, a classe trabalhadora pauperizada no Brasil não teve acesso à moradia digna, e pela omissão do Estado, com salários que não cobriam os gastos com moradia, não tiveram escolhas a não ser viver em cortiços, favelas, ambientes mais afastados da cidade, explicitando as contradições de um Estado e uma sociedade de classes, subordinados à lógica do capitalismo, alimentando a divisão de classes e as desigualdades sociais existentes. É uma dinâmica que marginaliza os trabalhadores, produzindo cidades divididas entre pobres, pretos e favelados e a burguesia habitante de áreas valorizadas para e pelo mercado.

A palavra valor pode ter dois significados. Um remete a utilidade de algum objeto e o outro a possibilidade de adquirir outros objetos através da posse deste. Seria um valor de uso e o outro valor de troca.

Historicamente o valor de uso é anterior ao valor de troca, devido à produção estar subordinada a necessidade do indivíduo e a sociedade. No capitalismo isso já é diferente, pois deixa de se produzir mercadorias de acordo com a necessidade e passa a produzir essas mercadorias para extração da

mais-valia, decorrente a divisão do trabalho, tornando o valor de uso subordinado ao valor de troca.

Alguns autores colocam que a terra urbana não tem valor, pois não é um bem produzido.

(...) o fato de que a terra é um bem não produzido que, portanto, não tem valor, mas que adquire um preço. Ora, um bem não produzido não pode ter seu preço regulado pela lei de oferta, pois não há lei regulando sua oferta. É a procura que suscita o preço da terra e não o encontro no mercado de 'produtores' e 'compradores' de solo. (RIBEIRO, 1997, p 39).

O mesmo autor continua sua análise, na referência ao sobrelucro da localização,

(...) é necessário colocar como premissa de análise que os preços fundiários são gerados pelas várias demandas dos agentes capitalistas que valorizam seus capitais através da utilização e transformação do solo urbano. O preço da terra é somente um reflexo da disputa entre os diversos capitalistas pelo controle das condições que permitem o surgimento do sobrelucro de localização. (RIBEIRO, 1997, p 40)

Considerando o monopólio da propriedade privada e entendendo a terra como um bem limitado, o preço da terra é formado a partir da demanda. Enquanto sua demanda e seus produtos aumentam constantemente com o crescimento da população e a necessidade crescente de matérias primas por parte da indústria, isto permite que os proprietários de terras fixem, para ela e seus produtos, um preço monopólico, isto é, acima dos custos de produção e valor real contido neles.

Onde quer que as forças naturais sejam monopolizáveis e assegurem um sobrelucro ao capitalista industrial que as emprega (...) a pessoa cujo título sobre uma parte do globo terrestre o caracteriza como proprietário desses objetos naturais, interceptará esse sobrelucro na forma de renda sobre o capital atuante. (MARX, 1974, p. 895)

Um dos conceitos que determina os diferentes preços é o do sobrelucro da localização. É um lucro cujo capitalista adquire apenas pela localização privilegiada em relação à concorrência. Outro conceito seria da aglomeração, de lojas ou em áreas centrais, valorizando mais os terrenos. Podemos

determinar esses conceitos, como elementos que caracterizam a renda da terra.

Esse conceito da renda da terra tem um caráter especulativo, pois se é formado pelo sobrelucro e aglomeração, pode haver uma variação de preço de acordo com a intensidade da disputa, por exemplo: em um momento de crise econômica, o preço da terra diminui mesmo aquela que tem maiores efeitos de aglomeração, pois a demanda dos capitalistas pela terra diminui também. Já em momentos de grande crescimento econômico, a demanda capitalista é maior, aumentando a disputa, levando a um aumento do preço da terra, mesmo aquelas que estão mais mal localizadas.

A renda da terra se expressa de duas maneiras diferentes. A primeira que Marx chama de renda absoluta, é o resultado do caráter limitado da terra como recurso natural. A segunda, denominada renda diferencial, origina-se na maior ou menor produtividade dos diferentes lotes de terra e sua distancia dos centros consumidores. Como a produção das melhores terras não consegue satisfazer o conjunto da demanda, o preço dos produtos no mercado é estabelecido pelo custo de produção dos piores lotes. Deste modo, as melhores terras, também as médias, obtém uma “renda adicional”, resultado da diferença entre seu menor custo de produção e o preço do mercado.

Marx considera que a renda da terra tem um caráter parasitário sobre os outros ramos da produção, porque se origina em um fator alheio a qualquer atividade produtiva do proprietário e sem nenhum investimento de risco. Só se limita “a explorar a evolução social e a miséria” (MARX, 1974, p. 931).

Posteriormente, assinala que existem duas relações diferentes entre renda e preço monopólico. Na primeira, originada pelo desequilíbrio que analisamos, é a renda que cria o preço monopólico. Deste modo, essa renda ou sobrelucro é considerada por seu proprietário não como algo injusto, mas como um tributo ao “genuíno valor” da terra. Na segunda, o domínio de um nicho específico do mercado permite ao proprietário fixar um preço monopólico, à medida que, por necessidade ou preferência, existam compradores dispostos a pagar-lhe. Neste caso, então, o preço monopólico é que cria a renda.

Mas o 'capital' imobiliário não entra neste processo (de produção da riqueza), na medida em que o espaço é apenas uma condição necessária a realização de qualquer atividade, portanto também da produção, mas não constitui em si, meio de produção, entendido como emanção do trabalho humano que o potencia. A posse de meios de produção é condição necessária e suficiente para a exploração do trabalho produtivo, ao passo que a ocupação do solo é apenas uma contingência que o seu estatuto de propriedade privada torna fonte de renda para quem a detém. (SINGER, 1980, p. 77).

Sendo assim, a renda é um pagamento aos proprietários da terra, apenas pelo direito de utilizá-las, tornando o capital imobiliário um falso capital, com caráter especulativo, já que se baseia numa mercadoria que não é produzida pelo trabalho humano. E como se não bastassem, esses proprietários se utilizam dos investimentos que advém da presença do trabalho humano, proporcionado pelo Estado, por exemplo, a infraestrutura e serviços aos arredores, que acabam valorizando a terra, apropriados pelo capital. Entretanto, o Estado não propõe a regulação do valor da terra dos proprietários aumentando ainda mais esse subrelucro e a ausência de função social das terras.

## **CAPITULO 2 – O USO DA TERRA E AS EXPRESSÕES DA QUESTAO SOCIAL**

Desenvolveremos neste capitulo as formas de ocupação das orlas brasileiras e, principalmente, na Baixada Santista, a segregação espacial e social na produção do espaço urbano. Também traremos as contradições do Estado brasileiro na garantia do direito à moradia para a classe trabalhadora, tendo em vista a desigualdade na distribuição e uso da terra. Nesse sentido, apresentaremos um panorama geral dos conceitos dos terrenos de marinha e seus acréscimos, das orlas marítimas e das competências da União, depois faremos uma pesquisa na busca de entender a situação da população hoje em relação às condições de moradias e o acúmulo de riqueza existente na mão de poucos e a miséria escancarada na mão de muitos.

Segundo texto de Osório (2002) sobre o direito à moradia no Brasil, à União compete matérias de interesse nacional e internacional como instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos. As diretrizes nortearão as políticas urbanas a serem implementadas pela União, Estados e Municípios. A União tem competência privativa para elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social (artigo 21, inciso IX da Constituição Federal do Brasil, 1988), bem como competência para instituir diretrizes gerais sobre a política fundiária. Ainda segundo Osório, é competência privativa da União legislar sobre direito civil, abrangendo os temas da moradia, locações, direito de propriedade, uso, usufruto, compra e venda. A União tem competência concorrente sobre direito urbanístico, sendo de sua competência o estabelecimento das normas gerais, por meio de lei federal sobre desenvolvimento urbano (artigo 24, inciso I, Constituição Federal do Brasil, 1988).

De acordo com o artigo 23, inciso IX da Constituição, a obrigação de promover o direito à moradia é competência comum da União, Estados e Municípios, que deverão implementar programas habitacionais, de saneamento e de melhorias urbanas.

O Estatuto da Cidade estabelece no artigo 3º as competências da União para consecução da política urbana: a) legislar sobre normas gerais de interesse urbanístico; b) legislar sobre normas para a cooperação entre os diferentes entes da federação, visando o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional; c) promover programas de construção de moradias e de saneamento básico por iniciativa própria ou em conjunto com Estados e Municípios; d) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico e transportes urbanos; e) elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.

De acordo com o Estatuto, à União compete o estabelecimento de normas (diretrizes, princípios, regras jurídicas gerais), enquanto aos municípios cabe para legislar sobre assuntos de interesse social, suplementar a legislação federal e estadual no que couber e promover adequado ordenamento territorial, nos termos do artigo 30 da Constituição Federal.

São terras da União: as águas e as praias fluviais situadas em territórios de seu domínio, as que cortam mais de um estado e as que se situam na fronteira; o mar territorial e a plataforma continental; os terrenos de marinha, situados na costa marítima; ilhas oceânicas; as cavernas, entre outros.

As ilhas marítimas podem ser oceânicas e costeiras. As oceânicas são as que estão em alto mar. As ilhas costeiras são as próximas do continente, situadas no mar territorial. Essas ilhas marítimas pertencem a União.

“O mar territorial é medido a partir das cartas náuticas de grande escala, em uma largura de 12 milhas marítimas. O ponto de referencia é a linha de baixa-mar do litoral continental e insular brasileiro”. (Manual de Regulamentação fundiária em terras da União).

Os terrenos de marinha e seus acréscimos compreendem a uma faixa que foi reservada à União para aproveitamento econômico e defesa da nação. Atualmente, esses terrenos servem a outras políticas públicas como ordenamento das cidades, regularização fundiária, proteção do meio ambiente

e das comunidades tradicionais, desenvolvimento sustentável, tendo aos bens da União sua função socioambiental.

São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do Preamar Médio de 1831:

- a. Os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagos, até onde se faça sentir a influencia das marés;
- b. Os que contornam as linhas situadas em zonas onde se faça sentir a influencia das marés”. (Art. 2º Decreto-Lei nº9760/46)

Os terrenos de marinha só são definidos, portanto, sob influência das marés. A influencia das marés é medida pela oscilação periódica de, no mínimo, 5 centímetros do nível da água que aconteça em qualquer época do ano nas margens dos rios e lagos, como nas costas marítimas do continente e das ilhas.

Essa definição de 33 metros é contada a partir da Linha da Preamar Médio de 1831. Segundo Machiavelli, (2008 apud SÃO PAULO, 2011): “Linha imaginaria que corresponde à altura da Preamar média, ou média das marés altas, definida para uma determinada região litorânea mediante observações levadas a cabo em período determinado”, que é demarcada pela SPU (Secretaria do Patrimônio da União).

Os acréscimos de marinha são “os que se tiverem formado, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e lagoas, um segmento aos terrenos de marinha.” (Art. 2º e 3º, Decreto-lei nº9760/46). Seriam as calçadas, ruas, vegetações e etc.

Segundo o Projeto Orla brasileiro de 2004, suas ações buscam o ordenamento e planejamento dos espaços litorâneos da União. A Zona Costeira, por sua vez, é definida no PNGC II (Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, 1992) como aquela constituída pelos territórios dos municípios litorâneos, mais o mar territorial (de 12 milhas náuticas de largura), tendo como escalas adequadas de representação cartográfica 1:50.000 a 1:100.000.



E nesse mesmo projeto continua: a orla marítima constitui a faixa de contato da terra firme com um corpo de água e pode ser formada por sedimentos não consolidados (praias e feições associadas) ou rochas e sedimentos consolidados, geralmente na forma de escarpas ou falésias de variados graus de inclinação. O estabelecimento de faixas de proteção ou de restrição de usos desses espaços vem sendo adotado por muitos países, tanto para manter as características paisagísticas, como para prevenir perdas materiais em decorrência da erosão costeira.

Em vista das considerações anteriores, seria razoável estabelecer um limite mínimo de 50m à retaguarda da praia, em áreas com urbanização consolidada e de 100m em áreas com características rurais, acrescido da largura necessária à absorção de uma taxa de erosão em um horizonte de tempo a ser definido. (Projeto Orla, 2004, p.28)

Mas, em vários lugares, vimos que esse limite não é respeitado. A título de exemplo, recentemente na praia de Ponta Negra no Rio Grande do Norte, em 2012, o mar invadiu o calçadão quebrando-o totalmente, até ficar interditada a região.



Figura I – Praia de Ponta Negra, calçadão destruído

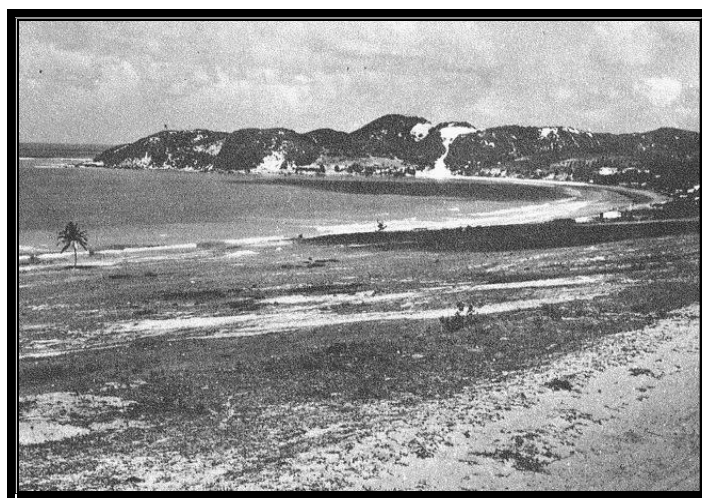


Figura II - Ponta Negra-RN antes



Figura III - Ponta Negra- RN depois

Na verdade, a primeira invasão se deu com a urbanização estendendo as calçadas e prédios perto da praia, diminuindo toda faixa de areia. Vide a foto ilustrada acima: antes a praia tinha um faixa de área com vegetação e devido à urbanização e ao turismo criaram resorts, hotéis e comércio. É uma das praias no Rio Grande do Norte mais visitada por turistas.

Entrando no universo das cidades médias litorâneas, poder-se-ia aplicar todas as caracterizações efetuadas para os espaços metropolitanos (avaliando as praias pelas óticas da densidade demográfica e padrões de ocupação, ou por uma avaliação paisagística, pelos níveis de poluição, ou pelo uso predominante), contudo - no geral - são as funções turísticas as principais responsáveis pela dinâmica hoje vivenciada em tais espaços. As cidades médias da Zona Costeira (notadamente nas regiões mais povoadas) abrigam segundas residências e atividades de veraneio, podendo, em seu maior número, ser qualificadas como balneários,

alguns associando também atividades turísticas (stricto sensu, com hotéis e pousadas). Em face dessa constatação, em tais localidades as praias deveriam ser classificadas prioritariamente em função do ritmo e da magnitude das atividades mencionadas (veraneio e turismo). (Projeto Orla, 2004, p. 35)

Observa-se hoje nas orlas brasileiras, desde recreação a serviços, como o turismo se faz presente, por exemplo, alimentando o risco de vários conflitos sociais para seu uso e ocupação.

No que se refere às cidades pequenas e aos núcleos urbanos, cabe assinalar que nessas realidades o entorno regional adquire maior destaque, sendo em muito o elemento definidor das tendências locais de ocupação do solo. Em zonas de grande dinamismo tais localidades aparecem como reservas territoriais, com grande possibilidade de serem rapidamente ocupadas num curto espaço de tempo. Muitas vezes, nesse contexto, as praias desertas ou semidesertas estão em pousio com sua propriedade legalizada e conhecendo um processo de especulação imobiliária, isto é, aguardando maior valorização futura, exatamente pela raridade relativa de situações análogas. Outras vezes, são objeto de planos de ocupação ainda não implementados (mas já definidos), geralmente associados a grandes empreendimentos turísticos. Em áreas de baixo dinamismo, tais planos geralmente apontam para mega investimentos voltados para o turismo de alta renda ou internacional, que se instalam como enclaves, de baixa permeabilidade local, objetivando o modelo dos resorts. (Projeto Orla, 2004, p. 35)

Portanto, as orlas marítimas são de muita importância como objetos de desejos de alguns grupos sociais. Identifica-se como mais necessária quando descobrimos que grande parte do solo beira-mar é de domínio da União, legalmente. Essas terras são denominadas terrenos de marinha e tomaram variados significados ao longo da história, desde seu uso coletivo até ao uso privativo. Em sua maioria esses terrenos foram apropriados de forma privada e por segmentos dominantes na sociedade.

Na questão referida à natureza, a orla serve de base para ecossistemas relevantes, como os manguezais, as matas de restinga e os recifes de coral, entre outros. Na parte social, aparece como atrativo, pois, historicamente, a costa constitui região/espço de adensamento populacional e de difusão de “fluxos povoadores.” (MORAES, 1999).

Existem três tipos de orlas, devido aos padrões geoeconômicos encontrados na zona costeira: orla urbanizada, orla em processo de urbanização e orla não urbanizada. Também existem aquelas que são chamadas de orlas especiais, que são usadas para bases militares, unidades de conservação, terras indígenas, patrimônios históricos e etc.

O conceito de orla marítima é mais amplo, pode ser caracterizado a lugares que não são praias. A praia é um tipo de orla marítima.

Segundo o Art.10 §3º, Lei nº 7.661/1988,

Entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescidas da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicie a vegetação natural ou, em sua ausência, onde comece outro ecossistema.

A faixa que limita a praia é tradicionalmente conhecida por linha de Jundu. É referente às praias nativas em que o limite é a vegetação. Nas praias urbanas são calçadas ou ruas.

São praias urbanas, as que estão dentro de espaços urbanizados, com um alto adensamento populacional e de ocupação do solo. A presença de equipamentos, tipo de indústria, portos, empreendimentos turísticos e mais, podem caracterizar também esse tipo de praia.

Na sequência, têm-se as áreas onde a predominância da urbanização deixa de se manifestar, caracterizando os espaços de vida preponderantemente rural. Neles emergem uma série de outras situações quase inexistentes no conjunto anteriormente tratado. Em primeiro lugar, identificam-se as praias em áreas de exploração agrária, cobrindo as orlas de fazendas e sítios, as quais poderiam ser subdivididas pelo tipo de agricultura praticada, pelos níveis de alteração paisagística e mesmo pela estrutura fundiária vigente. Em segundo lugar, cabe distinguir as praias habitadas por populações tradicionais (índios, caiçaras, remanescentes de quilombos etc, conforme Madruga, 1992), que, em geral, praticam gêneros de vida em equilíbrio com a conservação dos recursos, constituindo áreas potencialmente conflituosas quando submetidas a disputas patrimoniais. (Projeto Orla, 2004, p. 35)

## **2.1 – O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL**

Agora partiremos para elaborar o percurso que se deu no Brasil do processo de urbanização do território. Portanto, para analisar com mais propriedade, fizemos uma trajetória desde início da industrialização até nos dias de hoje e como está colocada a desigualdade territorial e de direito à moradia na Baixada Santista.

Ao olharmos para a história, percebemos que os colonizadores chegaram ao Brasil pela via marítima, portanto, entendemos que não é sem significado que as zonas litorâneas foram as primeiras a serem povoadas. Os primeiros assentamentos no território brasileiro no século XVI, com uma exceção, foram em zonas costeiras. Apenas São Paulo não se encontrava à beira-mar. Todos esses assentamentos funcionavam como bacia de drenagem, um sistema de ocupação, “no qual os caminhos demandam um eixo principal, e este finaliza seu percurso num porto marítimo” (MORAES, 1999). A partir da produção desses portos, os que tinham sua produção mais importante, geravam zonas de adensamentos no entorno, criando cidades e embriões dos sistemas regionais posteriores.

Durante o século XIX, segundo Moraes (1999) no ano de 1822, as cinco maiores cidades brasileiras eram, Rio de Janeiro (com 50 mil habitantes), Salvador (com 45 mil habitantes), Recife (com 30 mil habitantes), São Luís (com 22 mil habitantes) e São Paulo (com 16 mil habitantes). Em 1900, encontra-se a seguinte sequência: Rio de Janeiro (700 mil habitantes), São Paulo (com 240 mil habitantes), Salvador (com 206 mil habitantes), Recife (com 113 mil habitantes) e Fortaleza (com 48 mil habitantes).

São Luís deixa de figurar entre as cinco, pois houve uma queda da lavoura algodoeira e Fortaleza entrou no quadro pelas linhas ferroviárias existente na cidade. Com a construção das ferrovias, diminuem as vantagens das zonas costeiras, a indústria começou a avaliar fatores de localização mais próximos de fontes energéticas ou de matéria-prima.

No começo da industrialização, em grande parte, esse processo foi por fora das zonas costeiras, tendo uma grande urbanização do interior e uma

consolidação da metrópole paulista. No início na primeira metade do século XX, observamos um grande número de “cidades mortas”: portos secundários, inexistência ou precariedade de acesso terrestre. Só na segunda metade do século começa uma grande ocupação da zona costeira, dando significado a um domínio econômico urbano-industrial. Com a instalação de vários ramos industriais importantes ligados ao transporte marítimo, acabou gerando complexos industriais na zona costeira do Brasil, como Cubatão e Camaçari/Aratu e etc. Tivemos, portanto, na industrialização, uma importância para a intensa ocupação da costa brasileira nas últimas décadas.

Dado o início do processo de industrialização, de desenvolvimento e modernização da sociedade, em 1930, o Estado brasileiro começa a ter algumas iniciativas na política habitacional.

A produção habitacional existente no Brasil antes de 1930 era de responsabilidade de iniciativas privadas.

No governo de Getúlio Vargas (1945) têm-se os primeiros conjuntos habitacionais.

Em 1942, é aprovada a primeira lei de inquilinato que congelou o valor de alugueis até 1964. Em 1946, é criada a Fundação da Casa Popular, que tinha como objetivo a construção de moradias, apoio a indústria de materiais de construção e a implementação de projetos de saneamento, evidenciando claramente uma parceria com o setor privado e terceirizando os serviços. Durante 18 anos de existência, apenas se construiu 17 mil unidades de moradia.

No período de 1940 a 1960, a população passou de 41 para 70 milhões de habitantes, com taxa de urbanização crescente para 45%. Isso correspondeu a um número muito grande de assentamentos irregulares, consolidando as periferias como local de moradia da população pobre.

Desde a industrialização brasileira, a reforma agrária não foi vista como um instrumento de desenvolvimento econômico nem de democracia política. Pelo contrário, o trabalho rural e a estrutura agrária sempre foram relacionados com a concentração de capitais.

A crise do capitalismo, que se inicia a partir da década de 1970, contribuiu para aumentar a concentração de riqueza e a exclusão de parte significativa da população brasileira dos benefícios do desenvolvimento.

Na década de 1980, é extinto o Banco Nacional de Habitação, surgido na década de 1960, durante o período da ditadura empresarial-militar no Brasil. Nesse processo, surgem os “movimentos de mutuários” exigindo mudanças na política habitacional. Depois da extinção do BNH, a questão de habitação é tratada sem prioridades, pelo governo federal. A política habitacional se reduz ao desenvolvimento de programas em parcerias com prefeituras ou mutirões dos próprios moradores para atender as necessidades de moradia. Segundo o DIEESE (1999),

Cresce a pobreza urbana, a violência, as enchentes e desmoronamentos, desmatamentos, poluição, reincidência de epidemias. Mesmo nesse cenário, o crescimento econômico verificado no país lhe atribuía décima colocação entre os PIBs mundiais, o que não significou um desenvolvimento mais humano e sustentável para a maioria da população. Enquanto o PIB cresceu cinco vezes entre 1994 e 1998, o salário mínimo decresceu quatro vezes no mesmo período.

E hoje o país chega a 7º maior economia mundial, devido ao seu grande crescimento do PIB.

Depois desse período, foram se estabelecendo várias medidas que dificultaram o acesso a programas de financiamento para famílias pobres de baixa renda.

O processo de urbanização brasileiro e latino-americano se intensificou a partir da segunda metade do século XX, constituindo-se em um gigantesco movimento populacional e de construção de cidade para o atendimento de suas necessidades de moradia, trabalho, abastecimento, lazer, educação, saúde (OSÓRIO,2002)

Esse processo de urbanização e modernização sob parâmetros conservadores expulsou e continua expulsando do campo para cidade a maior parte de trabalhadores pobres. Esta política alimenta o desenvolvimento

agrícola e a concentração de terra na mão de poucos. Os latifundiários se constituem no 1% dos proprietários donos de terras com áreas acima de 1.000 hectares que detém 45% do total de terras (IBGE, 2010).

A maioria desses trabalhadores expulsos do campo resulta na vivência precária e ilegal nos centros urbanos. A saída dessa ilegalidade significa o estabelecimento de padrões ideais de cidade que não conseguem ser cumpridos por essa população (aluguel, taxa de ocupação, densidades). Esse diferencial também gerou uma segregação territorial entre a população habitante nas cidades.

Historicamente, o Estado brasileiro tem privilegiado um planejamento nas cidades que exclui os locais mais afastados da cidade desse processo. Os investimentos públicos se concentram nos bairros já estruturados, claramente definindo quem tem direito a cidade ou quem deve viver fora dela, nas áreas periféricas, sem saneamento, infraestrutura e equipamentos sociais, o que tem contribuído para aumentar o número de favelas ou áreas chamadas irregulares.

Dados do IBGE indicam um crescimento de 22% no período de 1991 a 2002, considerando-se favelas as áreas irregulares com mais de 50 habitações.

Ainda que a determinação de a propriedade cumprir uma função social esteja presente em constituições brasileiras desde 1934, isso não impediu a concentração de terras e de propriedade, principalmente com ações pelo poder público.

“A concentração de terra no Brasil é a segunda maior do mundo, onde o grande produtor rural domina mais de 70% da terra” (ILAESE, 2014).

A luta pela conquista de terras resultou em mortes de muitos trabalhadores, seja no campo ou na cidade. Ainda segundo a mesma fonte e de acordo com o Relatório Conceitos no Campo 2010, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), 34 trabalhadores rurais foram assassinados no país em 2010, isto é, um morto em cada 10 dias do último ano do governo Lula. (ILAESE, 2014).



Mais da metade da população rural do Brasil, que conta com 30 milhões de pessoas, é composta de pobres e miseráveis. Se o governo destinasse 136,8 bilhões que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) entregou ao agronegócio para realizar a reforma agrária no país, este valor seria suficiente para assentar 1 milhão e 700 mil famílias sem-terra, considerando o valor de 80 mil para assentar uma família em 2012, segundo o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Ou mesmo os 8 bilhões gastos nos estádios na copa do mundo no Brasil em 2014, dariam para construir 83 mil moradias de 46,5 metros, cada, segundo informações disponibilizadas em sites oficiais.

Nesse sentido, vale reproduzir as reflexões de Osório (2002, p. 10), sobre a questão das terras que não cumprem a função social.

A Constituição Brasileira de 1988 determina que as terras que não cumprem sua função social devem ser desapropriadas para fins de reforma agrária ou urbana. O direito subjetivo a propriedade é justificado, principalmente pelo exercício deste direito de modo compatível com a utilidade social. A extensão de direito de uso e disposição da propriedade é condicionado aos cumprimentos de uma função social. Em relação à propriedade urbana, estabelece a Constituição (art.182, §2º) e o Estatuto da Cidade (art.39) que esta cumpre sua função social quando atender às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas. A função social da propriedade rural é determinada de acordo com o seu nível de produtividade, além de critérios que incluem os direitos trabalhistas e a proteção ao meio ambiente, nos termos do artigo 185 e 186 da Constituição Brasileira. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, mediante indenização em título.

A questão social e suas manifestações são explicitadas na forma privada de apropriação do solo urbano, na desigualdade de acesso ao uso dos equipamentos públicos e na segregação sócio espacial, principalmente pelos trabalhadores. A desigualdade é gritante, e a classe trabalhadora é excluída de toda produção do país.

Observamos o cerceamento da luta dos movimentos sociais pela terra para moradia, cuja consequência tem sido a concentração de terra para quem

tem dinheiro, para especulação imobiliária, sendo a classe trabalhadora jogada na marginalidade, vivendo nos piores lugares, afastados da cidade e com maior insalubridade.

Esse problema é histórico da nossa sociedade, quando a terra deixa de ser de livre acesso e torna-se uma propriedade privada. Conforme já citado anteriormente, desde 1850, já no Segundo Império, tivemos a primeira lei brasileira a tratar do direito de propriedade. A consequência disso foi o cerco da terra que, infelizmente, passou a ser adquirida somente mediante compra, decisão que, exigindo a medição e o registro das terras, impediu aos trabalhadores o acesso à posse, especialmente aos ex-escravos (MARICATO, 2001).

Segundo Marx, a sociedade capitalista é dividida em duas classes fundamentais, a burguesa e a trabalhadora, na qual a primeira detém a propriedade privada e os meios de produção e a classe trabalhadora apenas possui sua força de trabalho assalariado, contradição fundamental expressa pela relação entre capital e trabalho, que se reproduz em outras dimensões da realidade social.

Conforme Antunes (1995), as classes trabalhadoras são envolvidas ideologicamente para viabilizar um projeto de sociedade concebido segundo os fundamentos do capital. Os interesses e contradições da sociedade de classes são aguçados no estímulo à criminalização dos movimentos sociais, na mercantilização das cidades e na indiferença aos despejos violentos. As ações de despejo que perpetuam privilégios tem sido a característica do reordenamento do espaço nas cidades brasileiras. São ações que atendem a lógica da especulação imobiliária na organização do espaço urbano que ocorre sob as regras do mercado, dada às diretrizes de um modelo de desenvolvimento excludente. É a disputa pelo acesso à moradia e à terra para a classe trabalhadora que se coloca nesse contexto, a par de ser considerado um direito constitucional básico para qualquer cidadão, conforme consta na Constituição Federal de 1988 no seu Artigo 6º, que afirma “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência

social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.

A região metropolitana da Baixada Santista se compõe em 9 municípios, são eles: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, São Vicente e Santos. A Baixada Santista se localiza no centro da porção atlântica do Estado de SP. Tem uma população de 1,7 milhão de habitantes, representa 4% da população total do Estado.



Mapa I – Região metropolitana da Baixada Santista

Segundo Carlos Zundt<sup>1</sup>, a região é composta por duas grandes unidades morfológica: Escarpas da Terra do Mar e Planície Litorânea ou Costeira, de modo que suas cidades se encontram limitadas, de um lado, pela Serra do Mar e, de outro, pelo Oceano Atlântico. Possui ainda duas importantes Ilhas: a de São Vicente - onde se localizam as sedes dos municípios de Santos e São Vicente, e a Ilha de Santo Amaro, que representa, em sua totalidade, o município do Guarujá. Ambas apresentam-se estreitamente ligadas ao continente, tendo como divisores apenas os canais estuários.

A organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, pela sua densidade urbanística próxima ao mar e

---

<sup>1</sup> ZUNDT, 2006 apud SÃO PAULO, 2011 p. 09

remanescentes da Mata Atlântica próxima a serra e suas escarpas, declarou a Baixada Santista como reserva da biosfera e patrimônio da humanidade.

Bertioga é o município onde a maior parte da Mata Atlântica ocupa esse território.

A Baixada Santista no estado de São Paulo é a área mais antiga, urbanizada. Além de ser uma das primeiras do Brasil Colônia. Essa região, desde a sua colonização, está ligada ao porto. Mas só em 1808 é que se amplia essa relação, devido à abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior, sobretudo com a movimentação do açúcar.

Depois da independência do Brasil, em 1822, culminou em 1845, a primeira maior exportação para Europa, o produto era o café, que era predominante na economia paulista. O município de Santos tinha um papel crucial na exportação e preparação para o embarque do produto, ganhando grande importância na economia estadual quanto nacional. Houve a necessidade de melhorias no transporte, devido o desenvolvimento do interior paulista e uma maior movimentação de cargas no porto de Santos. Com todo esse processo se acelerou a urbanização regional, principalmente em Santos.

As obras de infraestrutura de acesso e a produção industrial, culminaram na grande quantidade de trabalhadores habitando na região, e logo após as obras, eles permaneceram residindo. Também junto a isso, ocorreu incentivo ao turismo local.

Esses fatores contribuíram para o aumento populacional da região, que se deu principalmente por rodovias. A rodovia dos Imigrantes foi a primeira em 1976, facilitando o deslocamento entre São Paulo e o litoral, gerando um *boom* Imobiliário e grande ocupação do território. Em alguns municípios, o turismo passou a ser a maior atividade econômica.

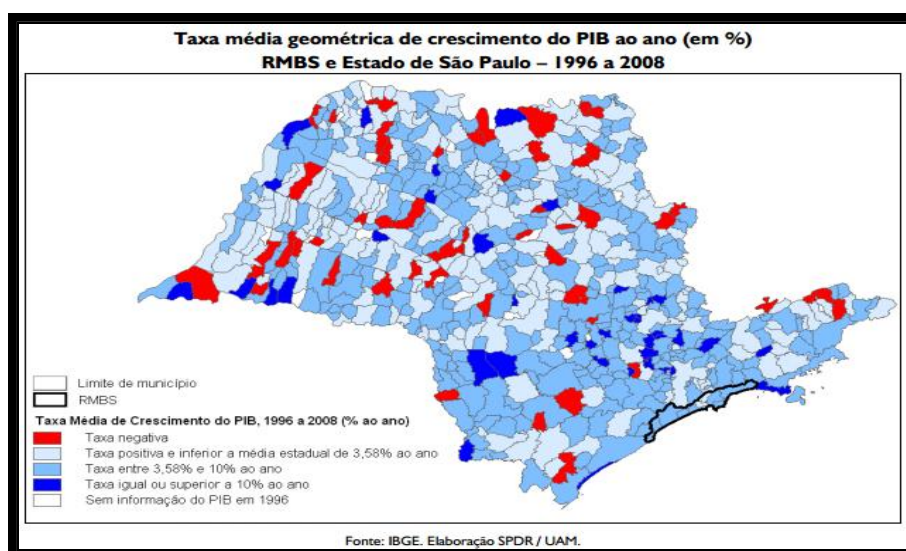
A Baixada Santista se tornou uma das principais regiões do Brasil, ofertando serviços portuários, de turismo, lazer, energia e industrial em Cubatão. Ampliam-se intervenções até hoje para maior desenvolvimento da região, por exemplo, a indústria extrativa, que está contribuindo para o seu desenvolvimento com a exploração de gás e petróleo, com grandes investimentos pela Petrobras e empresas privadas, na bacia de Santos.

Contendo aproximadamente 15 bilhões de barris de petróleo, Libra é a maior reserva descoberta no mundo.

O governo do estado de São Paulo prevê que R\$176 bilhões de investimentos privados e públicos serão realizados no litoral paulista, até 2025, impulsionados pela exploração do pré-sal e que poderá haver uma arrecadação de R\$1,2 bilhão por ano em royalties do pré-sal, caso não ocorra mudanças na atual regra de distribuição. (SÃO PAULO, 2011, p. 21)

Sabemos que esse investimento não será revertido para população, pois já vimos que no final do ano de 2013, o leilão de Libra que o Governo Dilma promoveu para a venda do pré-sal por um preço lamentável, de R\$15 bilhões, é discrepante quando se compara com a arrecadação ao valor real da reserva de R\$ 3 trilhões. Soma-se a isso a ilusão de que com os royalties irão fazer investimentos em demais áreas públicas no país, mas infelizmente só terá um resultado de 0,6% de arrecadação em 2022. A grande riqueza do país que se concentra na região da Baixada Santista está sendo entregue a grandes empresas privadas e a população continua na pobreza.

A Baixada Santista é responsável por 70% do PIB regional. Segundo o governo de São Paulo, a partir da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, o resultado da taxa média geométrica de crescimento do PIB regional, entre 1996 e 2008, foi de 4,10% ao ano, superior a média estadual de 3,58% ao ano. Os municípios com as maiores taxas de crescimento do PIB foram Itanhaém, Peruíbe, Bertioga; todos com taxas acima de 6% ao ano. Nesses municípios, destacam-se a expansão do turismo de veraneio e das atividades a ele associadas (construção civil, comércio, serviços, incluindo serviços domésticos), o que explica o bom desempenho de sua economia.



Mapa II – Crescimento do PIB ao ano em RMBS

Tanto esses dados quanto os que se referem ao Pré-sal, colocam um elevado crescimento e desenvolvimento da riqueza na região, mas quando nos deparamos para a realidade da classe trabalhadora que vive em lugares precários, aglomerados subnormais, dentre eles, cortiços, favelas, palafitas entre tantas outras formas precárias de habitação, com seus direitos violados, e sem acesso à moradia digna, vimos que esses dados apenas estão a serviço de segmentos que dominam toda essa riqueza.

Em 2010, a Baixada Santista chegou com o índice de urbanização de 99,8%, acima da média estadual de 95,9% (SÃO PAULO, 2011), dados que apresentam um crescimento populacional exorbitante.

<b>Evolução da População Total</b> <b>Estado de São Paulo e RMBS – 1980 a 2010</b>			
<b>Anos</b>	<b>População Total</b>		
	<b>RM da Baixada Santista</b>	<b>Estado de São Paulo</b>	<b>Distribuição Relativa RA/ESP (%)</b>
1980	961 243	25 042 074	3,84
1991	1 220 249	31 588 925	3,86
2000	1 476 820	37 035 456	3,99
2010	1 664 136	41 262 199	4,03

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1980 a 2010.

Tabela I – Evolução da População em SP e RMBS

Observamos desde 1980 a 2010 um crescimento aproximadamente de 43%, quase a metade em 30 anos.

O espraiamento urbano da região, da ilha de São Vicente, sobretudo em direção ao sul, tem como consequência não só o crescimento demográfico das áreas periféricas, mas também, a concentração de população de mais baixa-renda em áreas cada vez mais ausentes do centro regional, ou em áreas menos valorizadas, em função da sua localização, dos municípios mais centrais como Guarujá, Cubatão ou São Vicente, na parte continental. Nesse caso, esse estrato populacional acabou por se localizar em áreas lindeiras às estradas, próximas aos vales dos rios e manguezais ou no sopé da Serra do Mar. (JAKOB, 1990 apud SÃO PAULO, 2011)

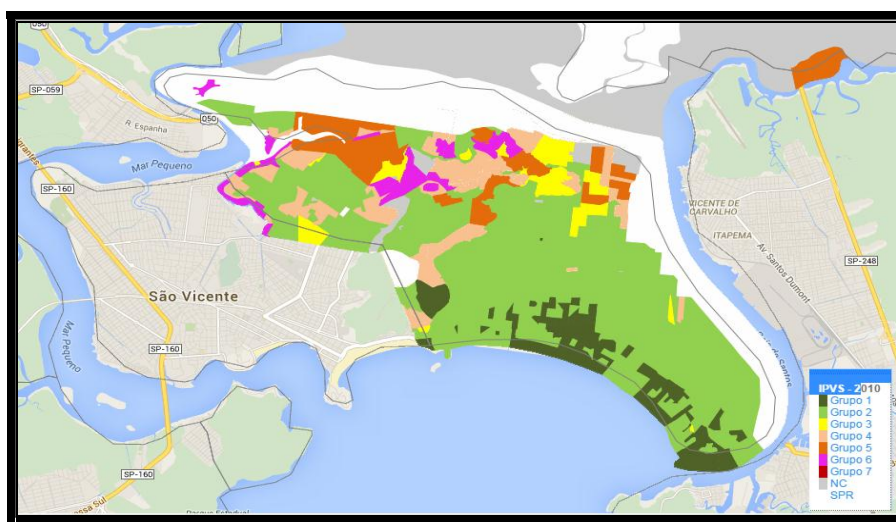
Tomaremos como exemplo, Santos, em sua divisão territorial. A cidade de Santos-SP, localizada no litoral paulista, com uma população de 419.400 habitantes com área territorial de 280,672km<sup>2</sup>, é uma cidade portuária, principal porto do Brasil, que serve de escoamento das mercadorias produzidas no País, que apresenta um déficit habitacional muito significativo.

A história tem mostrado que o desenvolvimento urbano de Santos foge do enfrentamento da questão fundiária, o que acaba privilegiando interesses das classes dominantes e criminalizando os movimentos sociais que lutam pelo direito a terra e à moradia digna. Cabe registrar que a especulação imobiliária, nesses últimos anos, vem aumentando cada vez mais, alimentando o aluguel caro, apartamentos que estão à venda e que o trabalhador não consegue pagar, além dos prédios abandonados ou desocupados, por não terem comprador ou por serem imóveis de temporada.

Pode-se afirmar que se trata de exemplo de uma espoliação e vulnerabilidade socioeconômica e civil (KOWARICK, 2009), resultado dos efeitos perversos do projeto neoliberal e das políticas econômicas que aparecem no agravamento das desigualdades nas cidades, da massificação da pobreza e exclusão crescente (DAVIS, 2006).

A Constituição Brasileira de 1988 estabelece parâmetros no art. 182 para a política de desenvolvimento urbano ao definir a função social da propriedade e reconhecer a prevalência do interesse coletivo sobre o individual. Essa

política deve ser executada pelo poder público, nas suas três instâncias, conforme diretrizes fixadas em lei, tendo como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Entender como esse artigo da Constituição Federal materializa-se na cidade de Santos pressupõe o conhecimento de como a terra e o direito à propriedade tem sido tratados no Brasil, na perspectiva da construção de outra lógica para que a terra, pública ou privada, cumpra a função social.



Mapa III - Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, 2010

O mapa acima foi tirado do Índice Paulista de Responsabilidade Social, feito em 2010. Nele se constitui 7 grupos, que são caracterizados da seguinte maneira: no grupo 1, os critérios que prevaleceram foram: alta e média escolaridade; alta riqueza e alta e média longevidade; no grupo 2, a diferença se dá na baixa longevidade; no grupo 3, os critérios adotados foram baixa riqueza, alta e média longevidade e alta e média escolaridade; no grupo 4 refere-se a baixa riqueza, alta, média e baixa longevidade e escolaridade. Já no grupo 5 os critérios foram baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade. No Grupo 6, são os aglomerados subnormais com concentração de população jovem e de baixa renda e Grupo 7, a população rural.

Faremos uma comparação dos grupos 1 e 2 onde se localiza a classe burguesa e média, em contradição aos grupos 5 e 6 onde se encontra a classe



trabalhadora, empobrecida e carente de direitos. Na Praia de Santos, majoritariamente, predominam os grupos 1 e 2, com riqueza acumulada e direitos garantidos. Esses últimos grupos, são aqueles que estão nos grandes prédios e empreendimentos construídos através da especulação imobiliária e grandes empresários que vendem e alugam por preços caríssimos que a classe trabalhadora não pode ter acesso. E quando vamos ao centro e visitamos os cortiços ou vamos aos morros, encontramos a população que está desempregada, ou quando empregadas estão em trabalhos informais, com excesso de número de pessoas na família, que trabalham cotidianamente para conseguir sobreviver com um salário mínimo apertado, que mal paga aluguel. Um exemplo, um cortiço no centro de um cômodo chega a R\$600,00 para dividir o mesmo banheiro com o resto dos 19 quartos, que os mesmos são divididos no mínimo entre 5 pessoas, absurdamente lugares insalubres e precários. Observamos que majoritariamente a praia, como um tipo de orla, e quase toda a cidade de Santos é dominada pelos ricos, se tornando uma cidade elitista e excludente. Já nas partes mais afastadas, os morros, e o centro da cidade estão localizados os pobres.

Tipo de Demanda	Situação	Famílias	Fonte de Dados
Demanda Nucleada	Urbanização Simples	4.492	Levantamento PMS, CDHU e estimativas realizadas para este diagnóstico.
	Urbanização Complexa	3.338	
	Regularização Fundiária	11.715	
Demanda Dispersa	Domicílios Sem Banheiro	1.274	FJP/Censo Demográfico IBGE 2000
	Adensamento Excessivo	4.900	FJP/Censo Demográfico IBGE 2000

Estimativa dos Componentes do Déficit Habitacional Básico no Município de Santos – 2000 – Fonte FJP/IBGE

Tabela II<sup>2</sup> – Síntese das Situações da Inequação do Município de Santos

2 Domicílios sem Banheiro; Inadequação Fundiária: refere-se aos casos em que pelo menos um dos moradores do domicílio tem a propriedade da moradia, mas não possui a propriedade, total ou parcial, do terreno ou a fração ideal de terreno (no caso de apartamento) em que ela se localiza; Adensamento Excessivo: domicílio apresenta um número médio de moradores superior a três por dormitório; Como Demanda Nucleada entende-se as necessidades habitacionais vinculadas aos assentamentos precários — como favelas, palafitas, loteamentos irregulares e outras formas de ocupações que constituam conjuntos bem definidos e identificáveis no território. A Demanda Dispersa é aquela que não apresenta nítidas delimitações territoriais, sendo, porém parte significativa das necessidades habitacionais. Os principais componentes desta demanda são as famílias que dividem uma mesma habitação com outra família (famílias conviventes) e as famílias cujo gasto com aluguel é excessivamente alto em relação à receita familiar.

DOMICÍLIOS IMPROVISADOS			COABITAÇÃO FAMILIAR						DOMICÍLIOS RÚSTICOS		
			FAMÍLIAS CONVIVENTES			CÔMODOS					
TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL
226	178	48	9221	9132	89	2601	2601	-	67	67	X

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2004. IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Tabela III<sup>3</sup> – Estimativa dos componentes do Déficit Habitacional Básico no Município de Santos

A coabitação familiar é responsável pela maior demanda habitacional da região de Santos, representando 12.115 famílias. São 76,1% famílias conviventes, a maior porcentagem familiar residentes. Em situação de cômodos são 21,46%. Já nos domicílios rústicos, considerados os que são de alvenaria ou madeira aparelhada, que apresentam desconforto e risco de contaminação, tem a menor porcentagem de 0,5%. Os domicílios que foram construídos inicialmente sem finalidade para moradia, têm 1,8% de famílias nessa situação.

O número de famílias que estão em domicílios com adensamento excessivo, são de 4900, representam 19%. As famílias que estão em regularização fundiária, de 45%. Domicílios que precisam de uma urbanização simples é de 17,4%. E de urbanização complexa é de 12,9%. Os dormitórios que estão minimamente sem estrutura de banheiro são de 4,9%, considerando

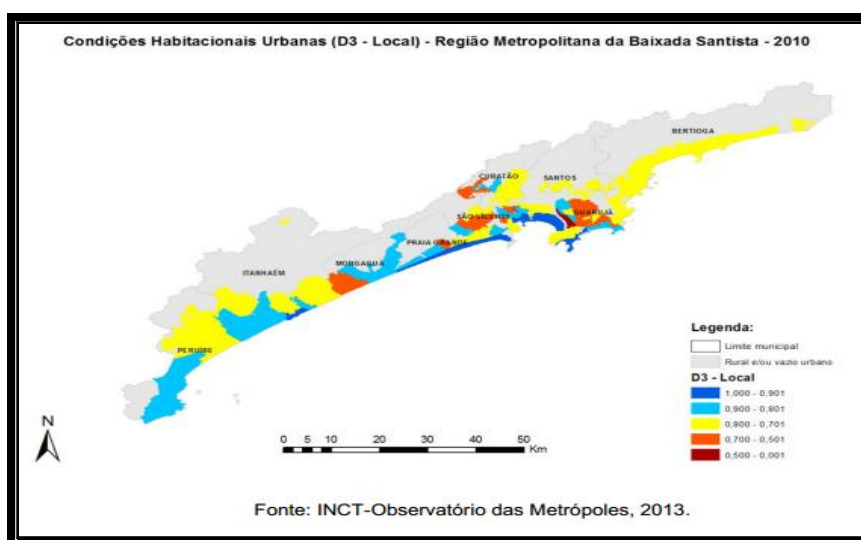
---

3 Famílias Conviventes: são constituídas por, no mínimo, duas pessoas ligadas por laço de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, e que residem no mesmo domicílio com outra família denominada principal; Cômodos: domicílios particulares compostos por um ou mais aposentos localizados em casa de cômodo, cortiço, cabeça-de-porco, etc; Domicílios Improvisados: locais construídos sem fins residenciais e que servem como moradia; Ônus Excessivo com Aluguel: famílias urbanas, com renda familiar de até 3 s.m. e que dispõem mais de 30% de sua renda com aluguel; Domicílios Rústicos: não apresentam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, o que resulta em desconforto para seus moradores e risco de contaminação por doenças.

que todas as famílias precisam de necessidades básicas, significa um número muito elevado de péssimas condições de sobrevivência dessas famílias.

A Fundação João Pinheiro levantou, com base nos dados do IBGE, a necessidade de 12.115 novas moradias para Santos. O IBGE (2000) destacou 16.995 domicílios vagos em Santos, número que excede a necessidade de novos domicílios, segundo FJP.

Destacaremos agora uma pesquisa desenvolvida pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) feita para avaliar as condições de vida urbana das regiões. Nesse estudo trabalhou-se com quatro indicadores, entre eles: Mobilidade Urbana; Condições Ambientais Urbanas; Condições Habitacionais Urbanas; Serviços Coletivos Urbanos. Assim, iremos fazer o recorte apenas das Condições Habitacionais Urbanas, na Região Metropolitana da Baixada Santista.



Mapa IV – Condições Habitacionais Urbanas

Segundo a pesquisa,

o indicador referente às condições habitacionais urbanas foi compreendido por cinco indicadores: aglomerado subnormal, densidade domiciliar, densidade morador/banheiro, material das paredes dos domicílios e espécie dos domicílios. O aspecto aglomerado subnormal correspondeu à proporção de pessoas da área de ponderação que não moram em aglomerado subnormal. Esse indicador foi obtido a partir da identificação dos setores censitários correspondentes ao aglomerado subnormal, a partir da base de setores censitários de aglomerado subnormal, divulgado pelo IBGE (2010). (INCT, 2014)

Foram analisados todos os 9 municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista. Cada indicador com seus critérios de avaliação. A característica densidade domiciliar foi construída a partir da razão entre número de pessoas no domicílio e número de dormitórios. Assim, considerou-se como densidade domiciliar adequada quando havia até duas pessoas por dormitório. A variável densidade morador/banheiro considerou como adequado o domicílio que possui até quatro pessoas por banheiro. O aspecto material das paredes dos domicílios avaliou como adequado o domicílio cujas paredes externas são do tipo de alvenaria com revestimento ou madeira apropriada para construção (aparelhada). Neste caso, o indicador correspondeu à proporção de pessoas que estão em domicílios com material das paredes adequado. Por fim, o quesito espécie dos domicílios, considerou-se como adequado os domicílios do tipo casa, casa de vila ou condomínio ou apartamento. Foram considerados como espécie de domicílios inadequados as habitações em casa de cômodo, cortiço, tenda ou barraca, dentro de estabelecimentos e outros (vagão, trailer, gruta, etc.). Os índices foram de Muito bom a Muito ruim, entre eles, bom, médio e ruim. Representando respectivamente no mapa: Muito bom (1,000-0,901); Bom (0,900-0,801); Médio (0,800-0,701); Ruim (0,700-0,501) e Muito Ruim (0,500-0,001).

Encontraram nos municípios: Santos, Cubatão, Guarujá e São Vicente, os coeficientes mais baixos, classificados como muito ruim, chegaram de 0,500-0,001. O município de Itanhaém chegou ao melhor índice, apresentando 0,800-0,701, o nível médio. Junto também chegaram apenas em toda praia de Santos e Praia Grande.

Ou seja, o desenvolvimento econômico está expresso nas análises acima, em relação ao Porto de Santos e ao Complexo Industrial de Cubatão, desde ampliação e privatização do porto à extração do Petróleo na Bacia de Santos. Esse processo intensificou a dinâmica no mercado imobiliário, alimentando uma forte especulação e aumentando no valor dos imóveis. Refletindo em todos os municípios da região, especialmente em Santos e São Vicente. Esse aumento no valor dos alugueis e a mudança no custo de vida das cidades estão expulsando moradores desses municípios para outros,

principalmente para Praia Grande, que, nesse ultimo período, teve um grande crescimento populacional. O que também contribui na relação do trabalho com a moradia. Na medida em que vão se afastando, esses dois fatores, os índices vão decaindo. Portanto, pode se afirmar que desde o melhor ate o pior índice se encontra na região. Pois apesar desse crescimento econômico, há presença de uma grande desigualdade social e, exemplo disso, são as condições precárias, aglomerados subnormais, muitas pessoas vivendo em um espaço pequeno e dividindo o mesmo banheiro, ao mesmo tempo em que paga alugueis caríssimos e sem moradia fixa; um número grande de população de rua. Os trabalhadores estão vivendo para pagar aluguel e ainda sem acesso a outros direitos que são violados nessa sociedade.

### **CAPITULO 3 – SITIO CONCEIÇÃOZINHA: UMA EXPERIÊNCIA SINGULAR**

Todo trabalho foi elaborado com objetivo de construir, através de estudos bibliográficos, aportes teóricos e aprofundamentos de conceitos da propriedade privada, função social da terra, patrimônio público, terras marítimas, moradia digna e direitos humanos. Para isso, foi fundamental o resgate histórico da questão da terra e o direito a propriedade no Brasil para entender as circunstâncias históricas e determinantes do processo de privatização da terra ocorrido na região. Fizemos uma pesquisa com documentos dos órgãos públicos como o Projeto Orla, e no Planejamento do Estado de São Paulo para entender o papel do poder público na ocupação do solo urbano e na distribuição do seu uso.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e utilizamos a entrevista semi estruturada, que possibilita ao entrevistado maior liberdade na exposição de suas ideias (Minayo, 2008). Nesse sentido, dialogamos com representante dos movimentos sociais de moradia sobre a questão da conquista da terra e a resistência para permanecer no local. Principalmente para, a partir de seus comentários e posicionamentos, contribuir na reflexão dos direitos da classe trabalhadora e a organização dos movimentos de moradia na Baixada Santista.

Para isso, entrevistamos um líder comunitário, da Sociedade de Melhoramentos do Sitio Conceiçãozinha e da União dos Pescadores do Sitio Conceiçãozinha, Sr. N, escolhido pela participação na grande conquista travada pelos moradores, pela titularidade da terra da União e que concordou em participar da entrevista a partir de sua assinatura no TCLE.

Esse processo aconteceu em 2009, mas há anos a luta já acontecia. Consideramos importante fazer a pesquisa com essa comunidade, pois foi a primeira ocupação a conseguir a titularidade da terra e partimos disso para refletir o processo de invasão que se dá por indústrias e empresas aos arredores.



Figura IV – Sítio Conceiçãozinha

O Sítio Conceiçãozinha está localizado em Vicente de Carvalho, no Guarujá, na Ilha de Santo Amaro, a 83 quilômetros de São Paulo. Com mais ou menos 6 mil habitantes, resultando em 1.700/800 famílias. A vila de pescadores existe oficialmente desde a década de 1930, mas, segundo o entrevistado, há indícios da existência de núcleos populacionais desde 1898.

Desenvolvida em função da pesca e da plantação e escoamento da produção de bananas, no começo do século, a área do antigo Sítio é formada por um quadrilátero, a partir da região da “maré” (área situada na margem do Estuário), com acesso pela Rua Santo Antônio, incluindo as ruas São Paulo, Santo Amaro e Nova Esperança, e parte do Estradão.” (A TRIBUNA, A história econômica começou com o transporte de banana. 2002. Disponível em: [http://guarujá1.xpg.uol.com.br/hist\\_conceicao.htm](http://guarujá1.xpg.uol.com.br/hist_conceicao.htm). Acesso em: 12 de Dezembro de 2014)

Tem acesso ao Sítio pela Avenida Santos Dumont ou por via marítima, através da embarcação na Ponta da Praia em Santos.



Segundo o entrevistado, a área já foi uma aldeia indígena e os jesuítas atuaram no local. O que é confirmado pela pesquisa histórica.

O Sítio Conceiçãozinha é assim... sabe por que Conceiçãozinha? Então, aqui, segundo os mais antigos, era uma aldeia indígena dos Guaranis, a aldeia não era aqui especificamente, mas era lá perto do Rio Santo Amaro vindo pra cá, pertencia à aldeia dos guaranis aqui. Por que Conceiçãozinha, né? Por que aqui foi fundado pelos jesuítas, pelos padres jesuítas e todo lugar que os jesuítas iam lá pra fazer as chamadas “bandeiras”, era o lugar onde eles fixavam a bandeiras pra poder povoar pra fazer as lavouras. Então na chegada dos jesuítas aqui, eles colocaram Conceiçãozinha, por que conceição, por exemplo, Conceição de Iguape, Conceição de Itanháem, Conceição de Peruíbe, e aqui Conceiçãozinha por que a ilha é uma dimensão pequena, então Conceiçãozinha por causa da Conceição Imaculada da Virgem Maria.

Na década de 1960, começaram a sofrer pressões para desocuparem a área, vindas de indústrias e empresas ligadas a atividade portuária, “é a história da expulsão dos caiçaras, aí nós estamos falando dos caiçaras”, segundo o entrevistado.

“A deterioração da comunidade acentuou-se rapidamente com a ocupação portuária e industrial que tomou conta de todo o entorno. Em 1971 foram implantados 561 metros de cais no terminal Tefer, do lado direito da vila, e 253 metros no terminal da planta industrial da Dow Química, do lado esquerdo. Em seguida, em 1981, foi montado o TECON, Terminal de Containers, e, em 1985, o terminal privativo da Cutrale para exportação de suco de laranja. Em meados da década de 1980, o antigo Sítio Conceiçãozinha já se encontrava quase que completamente ocupado.” (ROMANI, 2010).<sup>4</sup>

Em fins dos anos 1970 e início da década de 1980, com o apoio da assistente social Edméia Ladewig, citada pelo entrevistado, os moradores começam a se organizar para conquistar a posse da terra e buscar transformar o Sítio em agrovila, sendo nesse período organizada a Sociedade de Melhoramentos da Conceiçãozinha (SOMECON) e a União dos Pescadores (UNIPESC). “Nós sobrevivemos, resistindo. Principalmente os caiçaras.” Depois de muitos anos de luta e organização os moradores conquistaram a titularidade da terra em 2009,

---

4 <sup>®</sup> *Comunidades caiçaras e expansão portuária em Santos – uma análise histórica do conflito*. Revista Científica Integrada – Unaerp Campus Guarujá – Ano 1 – Edição 1 – Setembro/2010.

nós fizemos um projeto de subsistência da nossa vida aqui e com isso beneficiou todo mundo..., Nós mostramos que tínhamos condições de sobreviver aqui dentro e por todas as razões, por que tinha mata de subsistência ai, tem gente que vive da mata.



Figura V - Moradores em Brasília

No entanto apesar da conquista da titularidade, seguem as tentativas da expulsão dos moradores da área, e eles sofrem com a carência de serviços públicos básicos e de qualidade, situação agravada com o avanço da ocupação e um “inchamento populacional da antiga vila, levando praticamente à constituição de uma favela urbana”. (ROMANI, 2010)

Os serviços estão cada vez piores.

Hoje o bairro está encravado entre os terrenos das empresas Cargill, Cutrale e Dow Química, tendo as ruas todas de terra. Ainda não possui rede de esgotos, porém já tem iluminação e água potável. A formação de toda a orla do bairro é de vegetação de manguezais em adiantado estado de degradação, tanto pelo efeito de substâncias químicas lançadas pelas empresas instaladas no estuário, quanto pelo esgoto e lixo doméstico e dos navios que vem com as cheias e fica depositado nas margens do bairro e na margem oposta do rio Santo Amaro, em área de vegetação ainda de mangue. (VICENTE, C. E. apud Trabalho de Conclusão de Curso: Sítio Conceiçãozinha – O Impacto da Urbanização e Industrialização em uma Comunidade Tradicional Caiçara. Disponível em: <<http://portogente.com.br/avesnoporto/conceicaozinha.php>> Acesso em: 12 de Dezembro de 2014. 2002)

O posto de saúde está de difícil acesso, não existe investimento real,

o Estado não chega, você vai ali no postinho, está uma porcaria, fui no dentista. Daí fomos na reunião na Secretaria de Saúde, tem 12

milhões de verba pra saúde aqui e os cara não usa, ai fomos falamos com o secretario. “Secretario falaram que tem 12 milhões pra ser investido, mas por que não investe?” “Ah por que a prefeitura não tem engenheiro pra fazer o projeto.” Quer dizer tu tem o dinheiro do governo federal que vem e tá na caixa por que eles não tem capacidade de ter engenheiro pra fazer os projeto.

Não existe interesse dos órgãos públicos em melhorar as condições dos trabalhadores, pois o interesse maior está na ampliação e desenvolvimento do Porto. Outro aspecto que não é investido é a educação. O analfabetismo é grande, uma grande parte das crianças e adultos que vivem lá, não sabe ler e escrever. Os próprios moradores junto com as associações já fizeram alguns projetos para a inclusão dessas pessoas, mas não há incentivo por parte do Estado.

Às vezes fico pensando como um filho de caiçara pode estudar Direito no meio disso aqui, no meio de confronto de tiro e morte ali na esquina, o bairro se tornou muito perigoso devido a droga, devido toda uma vida que deixaram a gente ai sem nada na vida, então a molecadinha partiu e foi pro caminho que achou mais viável.

Eles exigem mais educação, projetos que ensinem a ler e escrever e que insiram essa população no mercado de trabalho. Se esse desenvolvimento vindo do Porto fosse revertido, poderia, através de infra estrutura criar serviços públicos de uso da comunidade. Mas esse crescimento e demais expansões industriais na região só aumentam os impactos negativos como a pobreza, marginalização, poluição no ar, óleo no mar, descartes de materiais no mar, matas devastadas, manguezais suprimidos afetando diretamente na pesca e auto sobrevivência dos moradores, aumentando a desigualdade social existente. Os impactos são grandes. O que separa o Sitio do Porto é apenas uma avenida, bem estreita. Newton mostra fotos dos animais afetados com o óleo derramado por todo mar, vindo do Porto e dos navios.



Figura VI – Caranguejo

Então é necessário ter essa mata, para que algumas pessoas sobrevivam. Só em uma semana esse rapaz trouxe, 500 sacos, acho que pegou durante esse mês, 500 sacos desses coquinhos, então ele vende isso aí, a um real, um real e meio, cada cachinho desse aí, vê quanto que ele ganha. Ele ganha pra sobreviver, não vai ficar rico com isso aí, mas ganha pra sobreviver. E cuida da mata, ele cuida da mata. Então, eu trabalho muito com essas coisas, vendo, conversando com as pessoas.

Antes da chegada do porto, o mar era transparente e a qualidade de vida era melhor. “Pra mim a qualidade de vida minha é o mar limpo, é o meio ambiente, é o meio em que eu vivo. O que me agrada, o que seria pra mim, era ter as matas, ter os passarinhos.”

O porto vem degradando a região que antes já era habitada por moradores e trabalhadores que utilizavam a terra para sobrevivência e cada vez mais com essa ampliação, os moradores serão expulsos por não ter como sobreviver num lugar isolado, sem serviços e acesso. Mesmo com a titularidade da terra, a população pode ser expulsa tanto pela degradação ambiental causada quanto por interesses políticos e do capital. Diz o entrevistado “Eu até discuti muito essa questão dos títulos que os títulos deveriam ser entregue para 100 anos, você não poderia negociar. Ai você poderia fazer um trabalho legal com a comunidade.” E continua,

Então o que acontece, ‘nego’ vende e ainda vai ocupar outro lugar, vai invadir outros lugar. Então como deveria ser, o título deveria ser

todo mundo cadastrado, ninguém pudesse vender e que deixasse pro seu filho. Ai se seu filho melhorasse de vida e tivesse condição de morar lá na Enseada no meio da praia, ele deixasse isso aqui pra outro.

A titularidade é individual, e o questionamento que fazemos é que deveriam ser terras coletivas. Que fossem da comunidade e a própria comunidade decidisse a sua função. Estratégias essas que impediriam o capital especulativo tentar tomar as terras. Pois hoje do jeito que está, qualquer pessoa que quiser vender seu pedaço de terra é legal. Mas corre o risco de toda a comunidade ser expulsa.

Como tu resiste com dinheiro? Eu não tenho dinheiro que me faça vender minha casa, mas se você perguntar pra essa menina aí, a Lu ou se perguntar pro Rafael, dá um dinheiro pra ele sair daqui pra morar em um lugar que eles acham que é melhor pra ele. O melhor pra mim é aqui, que tem o cheiro da minha cultura, o cheiro da minha vida, eles não. Não tem o que nós tivemos aqui dos caixara, de fazer caminhada pra brigar por isso aqui....

A associação de moradores do Sítio foi o primeiro movimento a conquistar a titularidade. “foi o primeiro lugar no Brasil que conseguiu o título da terra foi aqui. Por que nós éramos organizados, mas é muito divisão aqui por causa da política né. Nós se organizamos antes da política, mas os interesses aqui é duro viu menina.”

Infelizmente observa-se hoje, na maioria dos movimentos populares, ao mesmo tempo que tem as necessidades da luta, permanecem no conformismo e alienação. Esses movimentos abandonam o enfrentamento na luta, são cooptados e passam a ter ilusões nos governos, acreditando que irão atender as suas reivindicações. Nesse sentido, o entrevistado tem clareza ao afirmar que, “Então, o movimento de moradia aqui, ele é muito influenciado por políticos, a gente tá fazendo uma reunião pra ter melhorias, já logo um cabo eleitoral trás um vereador aqui, aí o vereador desfaz tudo que nós fazemos.”

E acrescenta, “nós queremos colocar os caixaras nessa discussão, eu tenho minha casa, mas tem caixara jogado aí, tem um que nasceu aqui, tá morando aqui num barracão caído, o pai dele foi expulso, a mãe dele foi expulsa, a irmã expulsa, a irmã dele foi morar no Itapema, agora vive hoje de aluguel”.

O Movimento do Sítio foi o primeiro nessa conquista, mas como vimos, não basta ter apenas a titularidade da terra, é necessário diversos serviços públicos que possam atender a classe trabalhadora. Houve um esfriamento nas lutas e após o objetivo que era a posse da terra, o movimento se conformou e parou de lutar. Não são muitos que conseguem esse direito mesmo que garantido na Constituição Federal, e mesmo aqueles que conseguiram vivem todos os dias resistindo para não serem expulsos de suas casas.

Vou fazer 67 anos e é isso que me faz viver, é saber que eu tenho que lutar por um mundo igual, independente de partido político, de direita, esquerda, independente disso, lógico que eu me fixo no que eu acho se não me representa da uma noção de melhor estar pros meus filhos, na educação, na saúde. Agora, o dinheiro ele modifica muito a vida da pessoa, no sentido principalmente das pessoas menos favorecidas, no sentido de ter coisas carro, coisas de consumo.”

Não é diferente, a sociedade vive num mundo de alienação e consumismo, promovendo a coisificação do mundo e do homem.

“Em geral, a proposição de que o homem se tornou estranho ao seu ser, enquanto pertencente a um gênero, significa que um homem permaneceu estranho a outro homem e que, igualmente, cada um deles se tornou estranho ao ser do homem”. (MARX, 1983, apud Capital, Trabalho e Alienação, segundo Karl Marx, Disponível em:<<http://www.brasilecola.com/filosofia/capital-trabalho-alienacao-segundo-karl-marx.htm>> Acesso em: 12 de Dezembro de 2014)

A sociabilidade do capital faz com que o homem se aliene do seu próprio trabalho, criando um estranhamento com a produção que surgiu do seu trabalho, pois na medida em que ele só produz e não tem acesso a esses produtos, ele não consegue ver o seu trabalho na totalidade e apenas naquele produto individual, desconhecendo seu papel fundamental na sociedade. Daí o homem passa a ser explorado e trabalhar apenas como meio de vida e na medida em que isso acontece, o capitalista explora e ganha mais. Esse processo faz com que os trabalhadores não tenham tempo para outras atividades e se esgotem da luta. A tomada de consciência de classe e a luta

por uma nova sociedade igualitária é a única saída para uma transformação social, por isso a necessidade de organização da classe.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo realizado mostrou que a questão da moradia é muito desigual no país. A terra não cumpre sua função social determinando quem pode usá-la. E o Estado não cumpre seu papel de responsável pela utilização do espaço. É necessária uma política de redistribuição das terras e igualdade no seu uso.

Viu-se que apesar das comunidades receberem o título da terra, não está sendo suficiente para que a classe trabalhadora consiga viver de uma forma plena, pois deve vir acompanhada com uma mudança do serviço público, investindo na saúde, educação e transporte e acabando com o desemprego e analfabetismo.

O Serviço Social através da sua prática profissional tem uma importância fundamental no processo de organização da classe trabalhadora, na tomada de consciência desses indivíduos e contribui para o processo de formação de movimentos e lideranças da classe, dando mais condições para o enfrentamento das expressões da questão social vivenciada pela população pobre. Na conquista desse direito, evidencia maiores oportunidades para a luta de demais direitos que são violados pelos interesses do capital.

Grande parte dos terrenos da União que deveriam ser de uso social, não cumpre essa função, pelo contrário, quem usufrui são empresas privadas que acabam expulsando ou degradando o espaço que vivem os trabalhadores. Para tudo isso, é necessário reformas de moradias, garantidas pelo Estado e não por empresas privadas; estimulação da ocupação de imóveis vagos na região, enfrentando a especulação imobiliária que já avança no país; regularização das ocupações com investimentos em serviços públicos e urbanização das favelas e lugares periféricos.

Enfim, para acabar com o déficit habitacional na região da Baixada Santista e no Brasil precisa-se de uma mudança radical na sociedade, mais justa, democrática e igualitária, uma sociedade socialista.



## REFERENCIAL BIBLIOGRAFICO

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 2ª. edição. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995. BRASIL. Constituição Federal. 1988. 19º Ed. 2002.

BRASIL, **Constituição da Republica Federativa do Brasil.** 1988.

BRASILIA. **Projeto Orla: Subsídios para um projeto de gestão.** 2004. Disponível em:<[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021\\_PUB\\_ProjOrla\\_subsidios.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021_PUB_ProjOrla_subsidios.pdf)> Acesso em: 12 de Dezembro de 2014.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela. Tradução de Beatriz Medina.** São Paulo: Boitempo, 2006.

DIEESE, 1999. Disponível em < <http://memoria.dieese.org.br/museu>> Acesso em:11 de Dezembro de 2014. Brasil.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

IBGE, **Censo Demográfico.** 2010. Brasil.

ILAESE, 2014 apud **Os motivos da revolta popular: um balanço crítico do governo do PT.** Org. GODEIRO, Nazareno. 1ºEd. São Paulo. 2014.

INCT. **Índice de Bem-Estar Urbano na Baixada Santista: crescimento econômico e desigualdade social.** 2014. Disponível em: <[http://abep.info/files/trabalhos/trabalho\\_completo/TC-6-11-518-336.pdf](http://abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-6-11-518-336.pdf)> Acesso em: 11 de Dezembro de 2014.

KOWARICK, Lucio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. Fotografias de Antonio Saggese.** São Paulo: Ed. 34, 2009.

**MANUAL de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM TERRAS DA UNIÃO.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana.** 2ºEd. RJ: Vozes, 2001.

MARX, Karl. **O Capital**, tomo III, capítulo 46. 1974

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde**. 11ª Ed. São Paulo: Hecitec, 2008.

MORAES, Antônio. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**. São Paulo: Annablume. 2007

OSORIO, Letícia. **Direito à moradia no Brasil**. Texto mimeo. 2002

RIBEIRO, 1997 apud **Renda fundiária ou valor da terra? Aportes sobre o debate**. SILVA. O. T. 2012. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ROMANI, Carlo. **Comunidades caiçaras e expansão portuária em Santos – uma análise histórica do conflito**. Revista Científica Integrada – Unaerp Campus Guarujá – Ano 1 – Edição 1 – Setembro/2010.

SÃO PAULO. **Caracterização socioeconômica de São Paulo – Região Metropolitana da Baixada Santista**. 2011. Disponível em:  
<[http://www.planejamento.sp.gov.br/noti\\_anexo/files/uam/trabalhos/RMBS.pdf](http://www.planejamento.sp.gov.br/noti_anexo/files/uam/trabalhos/RMBS.pdf)>  
Acesso em: 11 de Dezembro de 2014

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio; efeitos da lei de 1850**. 2ª Ed. Campinas. 2008.

SINGER, 1980 apud **Renda fundiária ou valor da terra? Aportes sobre o debate**. SILVA. O. T. 2012. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

SOARES, M. C. P. **Onde está a terra? Indagações sobre a função social e o direito à moradia em Santos**. 2014. 27f. Iniciação Científica – Universidade Federal de São Paulo. São Paulo. 2014

VICENTE, C. E. apud **Trabalho de Conclusão de Curso: Sítio Conceiçãozinha – O Impacto da Urbanização e Industrialização em uma Comunidade Tradicional Caiçara**. Disponível em:  
<<http://portogente.com.br/avesnoporto/conceicaozinha.php>> Acesso em: 12 de Dezembro de 2014. 2002

## **ANEXO 1**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Esse Trabalho de Conclusão de Curso, cujo título é Função Social das terras de Marinha no Brasil: um estudo na Baixada Santista tem como objetivos identificar aspectos que contribuem o acesso e uso dos terrenos de Marinha, para a efetivação de sua função social, garantindo o direito à moradia digna para a população da classe trabalhadora; Conhecer a constituição da propriedade privada no Brasil e entender os segmentos das terras publicas situadas nas orlas brasileiras.

Você está sendo convidado(a) a participar de uma entrevista, que será aplicada, com um questionário semi estruturado, com garantias de seu anonimato. O pesquisador compromete-se a utilizar as informações obtidas apenas para essa pesquisa.

Informamos que é garantida a liberdade na retirada de seu consentimento a qualquer momento.

Ressaltamos que em qualquer etapa deste estudo, você terá acesso a esta pesquisadora e sua orientadora para o esclarecimento de eventuais dúvidas no Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva sito à R.SilvaJardim,133/166 – Vila Matias – Santos/SP. A pesquisadora é a estudante de Serviço Social da Unifesp – Campus Baixada Santista: Maria Clara Pereira Soares que pode ser encontrada no telefone: (13) 98179-0023. Sua orientadora, a Profa. Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz, professora no mesmo curso/Campus pode ser encontrada no telefone (13) 3878-3731 ou (11)9-8509-9400 e e-mail: [tgdiniz@uol.com.br](mailto:tgdiniz@uol.com.br). Caso tenha alguma consideração ou dúvida sobre a ética na pesquisa, pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIFESP-RuaBotucatu,572-1ºandar – cj14 – fones:(11)5571-1062, FAX:(11)5539-7162.E-mail:[cepunifesp@unifesp.br](mailto:cepunifesp@unifesp.br).

### **CIÊNCIA**

Acredito ter sido suficientemente informado(a) a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo Função Social das terras de Marinha no Brasil: um estudo na Baixada Santista. Discuti

com a pesquisadora Maria Clara Pereira Soares sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros quais são os propósitos do estudo, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes.

Concordo voluntariamente em participar e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo sem penalidades ou prejuízo, assinando esse Termo de Livre Consentimento em duas vias, uma das quais ficará comigo.

Local/Data: \_\_\_\_\_

Assinatura do/a participante  
pelo estudo

Assinatura da responsável

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## **ANEXO 2– QUESTIONARIO DA ENTREVISTA**

- 1. Por que Sitio Conceiçãozinha?**
- 2. E hoje tem quantas pessoas morando aqui?**
- 3. Isso daria quantas famílias, mais ou menos?**
- 4. A partir de quando o Porto chegou, como vocês lidaram com a situação?**
- 5. Como que foi esse processo da titularidade?**
- 6. Isso é o que?**
- 7. É, vocês conseguiram o título da terra né? Nenhum outro movimento conseguiu.**
- 8. Vocês acham que por algum motivo, mesmo que as famílias já estejam estruturadas, suas casas também, que ainda possam tirá-los daqui, mesmo com o título da terra?**
- 9. E como vocês resistem a isso também?**
- 10. Você acha que todo mundo faria isso? Até mesmo quem viveu com você a conquista da terra?**
- 11. Mas se houvesse um movimento pra melhorar as condições?**
- 12. Não sei, asfaltar as ruas? Ou escola com mais qualidade, um posto de saúde?**
- 13. Mas o movimento não se reuni pra discutir essas coisas?**
- 14. Depois que conquistou o título, o movimento num...**
- 15. as conchas, barquinhos, artesanatos..**
- 16. CMP? Vocês tem ligação com a CMP?**

17. Na verdade tem engenheiro pra fazer outras coisas, mas como é pra população...
18. É título individual?
19. Em que ano vocês receberam o título?
20. Mas na lei não pode né?!
21. Tem transporte aqui?
22. E esse terreno era publico né?
23. Quais foram os impactos do porto?

### ANEXO 3– RESPOSTAS DA ENTREVISTA

1. O sitio conceiçãozinha é assim... sabe por que conceiçãozinha? Então, aqui, segundo os mais antigos, era uma aldeia indígena dos Guaranis, a aldeia não era aqui especificamente, mas era lá perto do Rio Santo Amaro vindo pra cá, pertencia à aldeia dos guaranis aqui. Por que conceiçãozinha, né? Por que aqui foi fundado pelos jesuítas, pelos padres jesuítas e todo lugar que os jesuítas iam lá pra fazer as chamadas “bandeiras”, era o lugar onde eles fixavam as bandeiras pra poder povoar pra fazer as lavouras. Então na chegada dos jesuítas aqui, eles colocaram conceiçãozinha, por que conceição, por exemplo, Conceição de Iguape, Conceição de Itanhaém, Conceição de Peruíbe, e aqui Conceiçãozinha por que a ilha é uma dimensão pequena, então conceiçãozinha por causa da Conceição Imaculada da Virgem Maria.

2. Tinha muita pouca pessoa, mas hoje aqui mais ou menos umas 6 mil pessoas.

3. O pessoal faz uma matemática, não sei se é correta: 3 pessoas por casa. Então você divide 6mil. Era 5.280 há 4 anos atrás. Nasceu muito gente, eu calculo que cresceu mais mil. O pessoal divide isso por 3, da 1.700/800 barracos ou casas.

4. Nós já havíamos lidando com a situação. Mas é a história da expulsão dos caiçaras, aí nós estamos falando dos caiçaras. Dos nativos daqui que são caiçaras, por exemplo eu nasci aqui, sou caiçara. Nossos parentes, vou até citar um termo de um caiçara antigo, que ele falava que era tido no Antigo Regime como “cu de formiga”, por que ninguém enxerga. Então existia... eu mesmo nutro, uma raiva desse discutível desenvolvimento, eu ainda nutro raiva disso, por que você entrou na minha casa e você vê que tá cercado de tudo, os bambuzais ali, se você for na casa de um cara e ele não tiver nada ali, ele não é caiçara, ele é o “cu da formiga”, ninguém viu ele, entendeu. Então nós tentamos a ter aqui os bambuzais antigos, aqui tem bananeira ainda da época dos

banais antigos, eu não deixo morrer uma muda delas, morreu uma eu tirei o cacho, a muda dela eu já planto para o outro lado, esse é o extinto preservacionista da gente. Então, existe isso, nosso, cuidávamos do meio ambiente, ninguém enchia a barca de peixe não, nós pegávamos o necessário para nos alimentar e uma parte pra vender pra comprar querosene pra gente poder sobreviver, esse é o estilo, tira esse negocio de consumismo que tem o povo de hoje.

A Lu (filha) ta fazendo Direito e eu to trabalhando com ela, pra ver se ela faz o TCC dela discutindo a questão dos caiçaras. Tem todo direito da minha filha e queria eu que eles olhassem pra isso, pro pai, com toda historia de sofrimento que a gente passamos aqui, de toda hora sendo expulso. De tu ver caiçara que ser tirado daqui chorando, na década de 70, a base aérea vinha e tirava o caiçara, esse caiçara Damasceno foi palco de toda essa historia que contou pra essa assistente social, ele chorou, eu vi esse homem chorando em cima do caminhão da base área tirando as coisa dele daqui de dentro, sendo que ele veio pequenininho pra cá, o pai dele se instalou aqui, descendente de índio, por que já tinha índio que moravam aqui dentro, então a historia dos caiçaras é a historia.. Tanto que ganhamos a titularidade da aqui.

5. O professor Ziza bissabia (AZIZ Ab'Saia) que era esse geólogo através da associação dos pescadores que a gente dirige, eu e mais uns companheiros dirige e através da associação de bairro, nós fizemos um projeto de subsistência da nossa vida aqui e com isso beneficiou todo mundo... Todo mundo. Hoje nós temos, ó lá, ainda tem o papelzinho ali. Governo Federal, ta vendo? Já não tem mais o numero, mas eu tenho o documento, tenho tudo, entendeu. Então o governo Lula quando ganhou a eleição, ate tem essa historia dessa mulher com o governo lula, essa Edineia. Que ela era muito mexida com essa questão da política e um dia ela levou a gente no sindicato dos metalúrgicos, que o presidente também foi criado aqui em Vicente de carvalho, Lula, foi criado aqui de pequenininho e ela levou a gente lá, ele conversando com a gente



assim, ele queria vir aqui e depois ele entrou na política, aí ele ganhou a política, eu tenho um documento aí assinado, acho que de 84 quando ele veio aqui que estavam criando esse partido, o PT, ele veio aqui e fez uma reunião com a gente na igreja e a gente ficava assim, “vai ganhar ó, se ganhar vai embora”. Aí nós fizemos o documento, ele assinou, se ele ganhasse pra governo do Estado ele lutava pela posse da terra com a gente, aí ele não ganhou, mas depois ele foi se candidatando, aí ele veio aqui em 94 outra vez, não tinha ganhado ainda, depois de 2002 ele ganhou. Ele veio aqui, assinou com a gente outra vez e quando ele ganhou aí ele chamou a gente, inclusive quem foi chamado foi eu, entendeu, foi chamado a gente, ele falou assim “vocês apresentam o projeto, de sustentabilidade”. O professor Ziza Bissabia veio aqui fez um projeto pra nós. Nós mostramos que tínhamos condições de sobreviver aqui dentro e por todas as razões, por que tinha mata de subsistência aí, tem gente que vive da mata. Quer ver, vou mostra uma coisa pra vocês...

6. Esse é o Coko Tucun, pode tirar e comer um, ele vende isso aí na feira. Há mais de 15, 20 anos ele vive aqui dentro só por causa disso, ele vende. Pode morder. Ele é azedinho e tem uma carinha. Então, tem gente que vive disso aí, eu até filmei esse ano, filmei ele, que nós vamos apresentar um trabalho, já apresentamos. Dentro do nosso relatório de sobrevivência aqui enquanto caçara, nós apresentamos, filmamos a venda aqui. Hoje se tu andar na Conceiçãozinha vê mesinha tudo disso aí. Então é necessário ter essa mata, para que algumas pessoas sobreviva. Só em uma semana esse rapaz trouxe, 500 sacos, acho que pegou durante esse mês, 500 sacos desses coquinhos, então ele vende isso aí, a um real, um real e meio, cada cachinho desse aí, vê quanto que ele ganha. Ele ganha pra sobreviver, não vai ficar rico com isso aí, mas ganha pra sobreviver. E cuida da mata, ele cuida da mata. Então, eu trabalho muito com essas coisas, vendo, conversando com as pessoas. E nós apresentamos esse projeto de sustentabilidade disso. A Ingrid que era do IBAMA veio aqui, nós apresentamos e era necessário

que esse projeto, o governo desse incentivo para que essas pessoas ficasse. O tucun na verdade é um coquinho cheio de espinhos e é daquilo ali que se faz o arco e a flecha dos indígenas. Ele pega aquele talo assim e corta e no cortar eles queimam e ai passa na pedra ou na lata e afina aquilo ali da grossura que eles quer, e não quebra aquilo ali nem que.. pode fazer a força que for que não quebra. E a palha disso ai ele faz a corda da embira que tem ai no mato.

*Em seguida ele nos chamou ate o quintal para nos mostrar os cipós que são feitos os materiais dos índios. E voltamos para a sala.*

Deixa eu perguntar. Eu conheço o pessoal, a Tânia e tem muito contato né. Então a gente conversa muito, mas esse povo mais novo, pra eles tanto faz como tanto fez, se você for falar hoje com os mais novos aqui, eles não se interessa por saber nossa historia, às vezes a professora me chama a ir na escola pra falar pros aluno ai contar a historia do bairro, outros tem vergonha de contar a historia. Tem um colega meu mesmo “ahh pra contar essas besteiras cara, aqui ver nossa maloca aqui”, mas eu não me envergonha de nada que eu fiz, eu trabalhei.

7. Não, foi o primeiro lugar no Brasil que conseguiu o titulo da terra foi aqui. Por que nós éramos organizados, mas é muito divisão aqui por causa da política né. Nós se organizamos antes da política, mas os interesses aqui é duro viu menina. Por que, por exemplo, nós somos taxados de ser ptista, por que o relacionamento nosso vem com esse pessoal, com Edneia. Eu não sou muito partidário não, votei num partido político, acho que esse foi o melhorzinho, “ah ta roubando a Petrobras , ta fazendo no sei que”, eu quero saber o que o povo ta comendo.por que é muito bochicho pra um lado bochicho pro outro e a gente ver historia muito fantasiosa , eu fico contente quando um governo de trabalhadores faz duas universidade dessas, federais, mas é uma universidade para filho de pobre, eu não teria condições de estudar meus dois filhos, o Rafael estudou em Direito, essa (Luciana) está se formando em Direito, pelo FIES, tá pagando 51 reais, parece que é de dois em dois meses ou

três em três meses, lógico que quando se formar vai ter que pagar o financiamento mas não importa, já imaginou eu.. As vezes fico pensando como um filho de caçara pode estudar Direito no meio disso aqui, no meio de confronto de tiro e morte ali na esquina, o bairro se tornou muito perigoso devido a droga, devido toda uma vida que deixaram a gente ai sem nada na vida, então a molecadinha partiu e foi pro caminho que achou mais viável. Eu não, eu sofri, trabalhei por meus filhos pra estudar, nunca ficaram sem escola, tu imagina menina, que eu pra estudar, eu tinha que sair daqui a pé pra estudar lá no Itapema no Marcilio Dias, sai daqui pelo meio do mato, estudei o primeiro e segundo ano e por obra da natureza acontece algumas coisas na vida da gente, pelo menos na minha vida, aconteceu coisas que às vezes eu tento procurar entender e não consigo entender como um menino que nem eu, que saia aqui do sítio pra catar lavagem pra lavar os porcos, que a gente criava porcos e a gente pegava restos de comidas nos restaurantes nas latas de lixo pra trazer comidas pra dar pros porcos comer aqui alem da alimentação que os porcos recebiam de banana que a gente cortava do bananal, mas para os porcos engordar tinha que ter comida, se só desse banana pro porco ele ficava magrinho. E eu saia por aqui procurando essa lavagem pra trazer pra cá e tive um pai e uma mãe que me puseram na cultura, fui ser palhaço farofinha, trabalhar com meu pai e minha mãe que cantavam e depois vim criar meus filhos aqui dentro com mesmo estilo que meu pai e minha mãe me ensinou, e meus filhos está estudando, quer dizer, eu nem imagino como isso pode se dar, o pai ter condição pra ter um filho que eu jamais imaginei que meu filho ia ser advogado que essa menina já ta no quarto ano, eu queria que eles fossem operário, não queria que fosse universitário, queria que fosse operário, que trabalhasse num lugarzinho bom que ganhasse dinheiro e tivesse conforto, eu vim comprar aquele carro ali que dei pra essa menina ai, quando recebi indenização de uma empresa que trabalhei, minha sogra tava muito doente, depois de 37 anos trabalhando, comprei esse carrinho pra levar ela pro medico, e lá acabou mesmo assim

morrendo, mas não comprei, que eu fosse achar, que gostasse de andar de carro, prefiro pegar minha bicicleta, pegar ônibus, andar a pé até o Itapema, sempre gostei disso ou atravessar daqui pra lá, pra Santos de Xata. Mas nesses tempos modernos minha filha já tem moto meu menino já comprou um carro, nessas facilidades que tem aí, comprou um carro se bem dizer...

8. Sim, até por que...

9. Como tu resiste com dinheiro? Eu não tenho dinheiro que me faça vender minha casa, mas se você perguntar pra essa menina aí, a Lu ou se perguntar pro Rafael, dá um dinheiro pra ele sair daqui pra morar em um lugar que eles acham que é melhor pra ele. O melhor pra mim é aqui, que tem o cheiro da minha cultura, o cheiro da minha vida, eles não. Não tem o que nós tivemos aqui dos caixara, de fazer caminhada pra brigar por isso aqui... Nada, o cara chegar aqui e dá.

10. Alguns até sim, que os mais velhos morreram, outros não, outros caixaras morreriam aqui, em cima dessa terra, que nem eu.

11. Mas quais condições que poderiam melhorar, que ia ser melhor pra mim?

12. Pra mim a qualidade de vida minha é o mar limpo, é o meio ambiente, é o meio em que eu vivo. O que me agrada, o que seria pra mim, era ter as matas, ter os passarinhos. Ali eu coloco no cestinho, eles vem ninhar aqui, ali mesmo. Agora, é difícil falar pelos outros, dividiu-se muito aqui. Muita gente hoje aqui tem sobrado, o cara chegou pra mim e falou “por que tu não constrói um sobrado?”. Esse vizinho meu aqui é mais velho, tá derrubando tudo pra fazer um sobrado, que tá fácil pra comprar material pra fazer isso e ainda dizem que tem uma crise tremenda, mas só vejo gente comprar sobrado.

13. (risos)

14. Tu viu essa menina (neta Rafaela)? O que ela falou aqui pra mim?

Falou “ôo malucoo”. Isso é maluquice, você cultivar, querer cultivar sua cultura... agora eu entendo por que muito índios se mataram, por que muitos índios sai pra cidade bebi, cai, fica morto lá e some dentro da mata e desaparece. Por que dentro da gente que vem virado assim, nessa razão de... eu fico lembrando e é isso que não me faz desistir viu... é isso que me faz resistir. Por que se eu não pensasse nas coisas belas que vi lá atrás, eu via muito assim, o pessoal falando assim “quem vive de passado é museu” mas pra mim essa modernidade.. essa televisão ai quem me deu foi um sobrinho, meu sobrinho que deu essa televisão ai, eu tinha uma televisãozinha assim, “vou comprar uma televisão pra você, você vai ficar com essa porcaria ai, meu?” Ai comprou essa televisão.. ai um dia eu tava aqui, ele chegou “toma tio, essa televisão ai pro senhor”, mas ali no móvel não tinha televisão, o que tem ali no móvel?

15. Caramujos, barquinhos... então é muito complicado quando eu coloco essas questão assim, é muito complicado ate a convivência com os outros. O sentido da vida é o que tu cheira é o que tu vê ali, é o que tu sente diferente na vida, lógico, a gente, eu tenho um grupo desse..

16. Eu tenho... eu fui na passeata deles de 15mil que foi feita dia 13 e no sábado os militares fizeram também pra volta da ditadura militar. Eu vi muito juvenzinho que nem vocês, estudante pedindo a volta da ditadura militar, igual vocês na aparência, mas o estilo deles era muito maior.. uma juvenzinha, branquinha de olhos azuis com uma bota que vinha ate aqui e uma calça de napa e na mão dela dois anéis com ponta aqui. Será que eles eram pobres, será que os pais deles sofreram alguma coisa na vida? Não sei, Então é uma confusão que eu não consigo entender, entendeu? Eu fico pensando assim meu deus, convidei ate minha filha pra ir, sempre convido ela pra ir, pra São Paulo, pegar um ônibus e ir. Vou fazer 67 anos e é isso que me faz viver, é saber que eu tenho que lutar por um mundo igual, independente de partido político, de direita, esquerda, independente disso, lógico que eu me fixo no que eu

acho se não me representa da uma noção de melhor estar pros meus filhos, na educação na saúde. Agora, o dinheiro ele modifica muito a vida da pessoa, no sentido principalmente das pessoas menos favorecidas, no sentido de ter coisas carro, coisas de consumo. No dia 29 de abril chegou uma carta pra mim aqui, do gabinete de um vereador ai, eu peguei e fui ai ele pegou e falou assim pra mim “olha eu tava em uma reunião dos vereadores e um vereador lá, citou seu nome pra fazer uma homenagem na câmara pra você, como caçara antigo que tem lutas, tá dentro do sitio conceiçãozinha” e eu falei que homenagem tem que fazer pros que já morreram. Ai quando chegou no dia 31, meu menino chegou e falou “ai pai você vai ser homenageado no dia 1° de maio, no dia do trabalhador, vão da uma medalha pro senhor” ai resistir pra não ir, “por que não vou...” ai o cara pediu pra ele me convencer, ai eu também fiquei olhando, “será que vou desapontar ele (meu filho)” ai peguei e fui. Ai quando foi no dia, lá era às 5h da tarde no dia 1°, ai o pessoal falou que ia. Ai minha esposa falou se vai vestir essa camisa, que ela passou e tal... ai falei que não ia vestir isso não, aquilo é uma falsidade desgraçada, “não pelo amor de deus, eu garanti pros outros que eu ia te levar”, eu falei assim: “aí vestir minha camiseta vermelha que tá escrito, central dos movimentos populares”, peguei uma bermuda, coloquei o sapato, a bermuda.. “ah assim não pode entrar na câmara”. Ai falei bom, é assim que eu vou. Minha esposa ficou envergonhada não quis ir também, se incomodar eles é por que não...mas eu fui assim. Minha esposa não foi, minha menina também ficou envergonhada... essas coisas dos malucos né. Mas eu fui. Chegou lá, reclamaram, ai falei bom, vocês ficam com a medalha que eu vou embora. Aí fizeram um acerto lá. Por que o que eu vou representar lá, a classe dos políticos? Que toda essa vida nada ajudaram a gente aqui, com exceção do governo federal que titulou as terras da gente. Os vereador nada faz. Tantas crianças com droga, podia abrir uma escolinha ai com maquinas, tem adulto que nem sabe escrever e também não se interessa por que como o Estado... o Estado quer pra qualquer projeto, o Estado quer quem saiba ler e

escrever e quem esteja na escola. O pior erro. E o desgraçado que está ali vendendo maconha ali, como esse cara, não sabe ler e escrever, esse é o excluído do Estado. Nós fizemos um projeto pra eles aqui, com a Irma Dolores, não sei se já ouviram falar dela. Uma espanhola que morreu a pouco tempo, muito amiga nossa. Fizemos um projeto só pra esses meninos da biqueira, eles chamam de biqueira, eles aprenderam a fazer uma janela dessa, eles aprenderam a ler, aprenderam a escrever, aprenderam a pegar um metro e medir. Eu como me tornei mecânico, sei ler. Ensinei a ler, ensinei a fazer as medidas corretas. E de 34 pra 22 nós arranjamos emprego. Tem um que por ter uma ficha muito ruim pra sociedade, tem vez que ele consegue trabalhar por 3 meses, ele trabalha na empresa, como ele usa um baseado, então os cara sabe e manda ele ir embora e fica 3 meses na biqueira, vendendo. Ai eu passo e vejo, ai pescocinho? "ah perdi o emprego lá, agora to vendendo aqui", pow, mas corre atrás. Ai a gente vai, faz uma cartinha da associação dos moradores pra ele e ele consegue arranjar. Então vive do emprego e da droga. Quando tá desempregado, às vezes ele ta ai correndo com os lixeiros. Então a sociedade é o que dão pra ela e o projeto que esses políticos deveriam fazer é pra isso, quem sabe ler e escrever, ele tem que correr e procurar um emprego, mas quem não sabe ler e escrever a opção dele qual é? É ali. A gente tem a associação de pescadores, a gente da aula de pesca pra eles, a gente ensina fazer a rede e a gente da a opção de sair com a gente e pescar e ai a gente tira a carteirinha deles. Tem uma menina ai que é caranguejeira, pega caranguejo e tem a carteirinha. Esse ano já renovamos pra ela, ela pegou seguro desemprego, ta cuidando dos filhos dela. Mora lá no meio do mangue. Era esposa de um traficante. Mas você vai ajudando, mas é muita coisa, o Estado não chega, você vai ali no postinho, está uma porcaria, fui no dentista. Daí fomos na reunião na Secretaria de Saúde, tem 12 milhões de verba pra saúde aqui e os cara não usa, ai fomos falamos com o secretario. "Secretario falaram que tem 12 milhões pra ser investido, mas por que não investe?" "Ah por que a prefeitura não

tem engenheiro pra fazer o projeto.” Quer dizer tu tem o dinheiro do governo federal que vem e tá na caixa por que eles não tem capacidade de ter engenheiro pra fazer os projeto.

17. É. Mas quando é pra fazer na saúde não tem. Tem engenheiro pra fazer asfalto pra fazer buraco, e fica lá coçando e não sai nada. Então a questão de hoje das moradias aqui é muito difícil aqueles...Vende. A gente tá aqui ninguém pode tirar a gente, mas se um cara vir comprar a casa de um cara ele pode. Eu até discutir muito essa questão dos títulos que os títulos deveriam ser entregue para 100 anos, você não poderia negociar. Ai você poderia fazer um trabalho legal com a comunidade. Agora um título que dá pra você, o primeiro que recebeu o título na mão do presidente foi eu, teve uma audiência, me convidaram e eu fui lá, foi quando ele anunciou que ia...

18. Se fosse da comunidade sim... mas o título é pra cada um. Eles deram o título e tem uma relação dos títulos e ali tá o seu, se você quiser o teu título vai no cartório e retira, e paga uns 800 reais e tira um só pra tu. Mas tá no meio dos títulos dos outros, pra que vou tirar o meu né, tá aqui já. Então o que acontece, ‘nego’ vende e ainda vai ocupar outro lugar, vai invadir outros lugar. Então como deveria ser, o título deveria ser todo mundo cadastrado, ninguém pudesse vender e que deixasse pro seu filho. Ai se seu filho melhorasse de vida e tivesse condição de morar lá na Enseada no meio da praia, ele deixasse isso aqui pra outro. Mas é isso, umas das coisas que perguntei pro presidente na época quando fui na audiência, eu levei dois recortes de jornal, pro Lula, ele tava sentando assim, eu aqui e ele ai, encostadinho assim. Ai ele perguntando algumas coisas pra mim, se eu tava satisfeito que eu ia receber o título. Ele tinha vindo aqui em 79 e veio depois em 96 se eu não me engano as duas vezes ele veio aqui em casa, foi pra igreja onde fez uma palestra e ele perguntou se eu lembrava disso. Ai falei claro que lembro disso. Ele falou “o projeto de vocês chegaram, vocês vão ser a primeira comunidade tradicional em receber os títulos, no Brasil.” Ele até falou pra mim que foi



criado em Vicente de Carvalho e ele gosta muito do Guarujá, o sonho dele um dia era essa cidade ta boa pra ele vir morar aqui no Guarujá, que ele lembra muito do Guarujá quando era pequenininho.

19. Acho que foi em 2006, não me lembro muito bem. E eu tinha levado dois recortes de jornais que dizia assim: Sítio Conceiçãozinha vai sair tantas moradias. No jornal da Tribuna, por que a grande mídia, ela empurra o apavoramento daqui que é pra gente sair daqui e o porto vir pra cima da gente. Por que é lucrativo pra os meios de comunicação, por que são anunciantes. A única coisa que ele anunciou dos bairros desfavorecidos é crime, e trafico. O que da dinheiro é anunciantes é a Petrobrás, Transpreto, é a Localfrio, é isso os anúncios. Nós aqui não tem anuncio, então eu falei pro presidente, esses dois jornais aqui falam que a gente ta saindo de lá. “poxa Nilton eu lembro que quando estava lá, vocês falavam tanto da resistência de vocês em sair de lá, é só vocês dá mão...”, ele mesmo falou isso pra mim, “é só vocês pegar e da a mão e se vier pra cima de vocês, fica lá na frente não sai”, “só tiram se vocês vender, não podem tirar vocês de lá, a terra é de vocês, agora, você não pode impedir do cara vender” quer dizer... e o falei pro presidente que era pra ter dado pra nós como titulo da comunidade.

20. Não pode, ele falou pra mim. Por exemplo, aquela faixa de área é dos caiçaras, se um sair entra outro. Agora se fazer hoje uma reunião aqui que quem quer sair daqui, os cara vende tudo, fica eu sozinho, mais dois, três. É isso que às vezes me aborrece muito, eu já to com 66 anos, e a gente ainda fica lutando pelas melhorias aqui, pelo postinho medico, como falei pra ti, a cadeira do dentista toda arrebitada.

21. Tem, tem um ônibus que entra e sai. Foi por isso que nós ganhamos o titulo da terra, por que pra nós receber o titulo, tínhamos que mostrar que aqui, que o bairro era autossustentável, esse projeto do uso da terra social, o bairro tem que mostrar que ele é autossustentável, ele tem que ter farmácia, escola, transporte, telefone publico, posto medico, área de lazer, tudo isso nós tínhamos e focado nisso ele rápido concedeu o titulo

da gente, eu tenho um bucado de jornal sobre isso, deve ter jogado por aí.

22. Esse terreno era do governo federal, da SPU, secretaria do patrimônio da união. Então, o movimento de moradia aqui ele é muito influenciado por políticos, agente tá fazendo uma reunião pra ter melhorias, já logo um cabo eleitoral trás um vereador aqui, aí o vereador desfaz tudo que nós fazemos. A política entra no meio, aí falam “esses cara é do PT”, “os que usam o chapeuzinho vermelho é do PT” e aí eles vem pra cima. Não, se viesse pra cima da gente com projeto, “ah vamos fazer uma casa aqui ó, e nessa casa vamos recuperar todo esse pessoal que está nas biqueiras” que nem nós, temos um projeto, alugamos uma casa aqui, pusemos maquinas, a maquina na verdade, eu quando recebi da empresa que eu trabalhava e recebi indenização, comprei a maquina todinha até por que eu tenho um barquinho e eu tenho que fazer, tenho que soldar, se eu for pagar os outros, não dá. Eu tenho que soldar, eu tenho que trocar uma taboa do barco, eu tenho que arrumar o motor do barco, eu tenho que arrumar a parte elétrica do barco, eu tenho que fazer uma serie de coisas no barco que acaba se tornando uma profissão, aí nós fizemos o pessoal aprender a fazer barco, pessoal fez barco, pessoal mexeu em motor de barco, pusemos a escola ali, por que o prefeito não coloca um professor pra ficar ensinando essa mulecada o ano inteiro, meu deus do céu? Ah mas não é só barco, então vamos ensinar a fazer janela. Vou ensinar fazer uns moveis desse, aí você pega esses 10 meninos da biqueira ali, ensinando ele ler e escrever, aí ensina ele fazer uns moveis desses, ensina fazer uma janela dessa, aí tu pega esses 10 faz uma empresinha pra eles e legaliza essa empresa, põe uns cartãozinho na mão deles e faz vender aí. Tem projeto pra tirar tudo isso, inclusive do governo federal, tem um projeto desse, já levamos pra prefeitura, arranjar uma casa. Eu por exemplo se não tiver professor de medidor, eu vou lá e dou, se não tiver professor de soldar eu vou lá e dou. Não tem interesse, é deixar fazer as coisas lá na orla da praia, tem

que melhorar também, mas e as empresas jogando poluição em cima da gente, vêm de lá, vem de lá.

23. Nós sobrevivemos, resistindo. Principalmente os caiçaras. Eu digo pra ti que eu tenho uma fotografia na vida na cabeça, de eu ver um caiçara xingar e dar tanta marretada na casa dele, pegar um martelo bater na casa dele e o caminhão da base área ta esperando a madeira pra sair e botar ele pra fora, e ele chorava. Eu lembro que eu ia passando, eu ia trabalhar lá em santos, ele falava “ai Nilton, olha ai ó, vou embora agora eu.” Igual na ditadura militar, prendeu, matou estudantes, mandou trabalhadores que lutavam por um país mais democrático. Os caiçaras desde a era do império junto com os indígenas, por que veio os indígenas, os nativos daqui, veio os escravos que entraram pra cá pra dentro, veio cruzamento do índio com escravo e com estrangeiro aqui, formou esses caiçaras que ficou, continuou sendo “cu de formiga” que nem dizia esse caiçara Damasceno, que ninguém vê, ninguém enxergar, tu ta falando com ele, mas não enxerga eles. Nós reunimos todo ano e fazemos a discussão entorno disso, foi criado a comissão da verdade na câmara lá com o vereador que entrou lá, do PT. Foi criada a comissão da verdade e essa comissão da verdade, nós queremos colocar os caiçaras nessa discussão, eu tenho minha casa, mas tem caiçara jogado ai, tem um que nasceu aqui, ta morando aqui num barraquinho caído, o pai dele foi expulso, a mãe dele foi expulsa, a Irma expulsa, a Irma dele foi morar no Itapema, agora vive hoje de aluguel e na comissão da verdade, lá nós estamos querendo que o governo federal, enquanto ta esse governo ai, por que se entrar outro governo ai vai esquecer de tudo, esse ta metido nessas discussão todinha e nessas briga toda ai mas na pressão ele vai seguindo o caminho que se o povo for pra cima eles melhora, se deixar frouxo vai do jeito que vai, mas se cobrar eles podem da uma melhorada. Pra que esses caiçaras possa ser revista a situação deles, eu to aqui, não sai por que eu resistir e acreditei que podia ser morto, fui ameaçado aqui mesmo. Mas resistir e fiquei. Meu pai foi ameaçado e saiu, eu fui

ameaçado e fiquei. Mas esses que saíram com medo e incerteza pra proteger os filhos dele, eu não tinha filho na época, então eu fiquei resistindo e eles saíram para que os filhos deles pudessem sobreviver. Um desses caiçaras ele tá aqui vivendo ali, com a carteirinha de pescador. Mas são esses que construíram a verdadeira história do Brasil, a verdadeira história de vida dos caiçaras, quando eu digo caiçaras, em Santos todo mundo é caiçara. Eu digo os caiçaras ribeirinhos, que vive na beira do mar que tem sua tarrafinha, que tem suas redes.